



# **CONTRADITAS DO LAUDO PERICIAL**

## QUESITOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

### QUESITO 2. Planejamento e trabalho pericial

O trabalho pericial realizado junto aos Waimiri-Atroari foi concentrado ao Núcleo de Apoio NAWA e Programa Waimiri-Atroari – PWA, no período de 2 (dois) dias, diferente do cronograma de trabalho do perito judicial juntado aos autos, o qual previa 30 (dias) para o trabalho de campo. Nesse aspecto, é importante destacar a complexidade do presente processo, o qual demandaria um dispêndio de tempo superior à 2 (dois) dias. Assim, causa estranheza tamanha rapidez para colher tantas informações, sem vista aos supostos locais sagrados onde teriam ocorrido os supostos massacre.

Ademais, destaca-se que este Assistente Técnico não foi autorizado a acompanhar a perícia judicial, bem os demais assistentes.

### QUESITO 5. Os Waimiri-Atroari e o Exército Brasileiro

Em resposta aos questionamentos, destaco a audiência realizada no dia 27 de fevereiro de 2019, nas instalações do Núcleo de Apoio (NAWA), em que o advogado da União Dr André Petzhold Dias perguntou ao Informante Temehe Tomás Waimiri:

**AGU:** Porque na narrativa do Ministério Público, eles narram que houve a morte do sertanista Gilberto, em dezembro de 1974, gostaria de saber se estes ataques teriam sido antes ou depois para a gente poder determinar um marco temporal.

**Tradutor:** O ataque do Gilberto aconteceu porque eles sofreram ataque nas aldeias deles pra poder responder ao ataque que aconteceu na aldeia e eles vieram para atacar o Posto da FUNAI.

No relato do próprio sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa os massacres promovidos pelos Waimiri-Atroari, desde o século XIX, não tinham, necessariamente, um elemento catalisador para serem desencadeados. Assim, as justificativas são incoerentes, ora em represália pelos ataques sofridos, ora por ter sido o Sertanista Gilberto Pinto responsável pela transmissão de doenças, por tal razão destaca-se:

**Quesito 5.1.** Comprido queria matar Gilberto porque ele falou “**Depois que aquele homem gordo entrou, morreu muita gente**”. Achou que ele matou. Os velhos tinham medo de “branco” porque ‘branco’ tinha matado nosso parente. Ele foi atrás de ferramenta e branco matou, panaty (no passado)... Quando aquele homem gordo entrou na nossa terra morreu muita gente. Morreu todos os velhos e só ficou Comprido. Aí Comprido ficou com raiva. Ele achava que era branco [o responsável]. Eu fui morar no posto primeiro. Não sabia que era FUNAI. Achava que era branco mesmo [...] (**Laudo Pericial – página 77 – último parágrafo**)



Os indígenas não compreendiam que Gilberto Pinto tinha envidado todos os esforços para evitar que os Waimiri-Atroari fossem vitimados por doenças infecciosas e acabou sendo covardemente assassinado por eles. No entanto, outra narrativa, segundo Temehe Tomás, foi publicada no Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, Nr 145, de 24 de setembro de 1969:

#### **FUNAI Detém Chefe Atroari Temendo Sarampo na Aldeia<sup>1</sup>**

Brasília [Sucursal] – O Sertanista Gilberto Pinto está se defrontando com um sério problema: impedir que o Cacique Maruaga dos Atroari regresse de imediato à sua aldeia, pois pode estar levando doença que dizimará seu povo. Maruaga esteve recentemente no Posto Indígena Jatapú, onde quatro crianças se encontram com sarampo. Se ele ou um dos seus 23 guerreiros retornar à aldeia com o bacilo da doença, os Atroari, cerca de 2 mil, poderão morrer da doença, que normalmente lhes é fatal. [...]

No primeiro contato, mantido a 19 último. Gilberto não conseguiu convencê-los a ficarem para caçadas e pescarias porque, argumentavam, “estavam sem suas Marias”, as mulheres. Ainda que Gilberto Pinto não tenha notado qualquer sinal da doença nos índios no encontro mantido a 19 último, poderá haver dificuldades mesmo que ele consiga, retê-los. Os índios, que se mostram muito desconfiados, se algum deles vier a ficar com sarampo poderão considerar isto uma consequência de terem sido retidos pelo sertanista. (JORNAL DO BRASIL, N° 145)

Destaca-se ainda, o previsto no quesito 5.4:

**Quesito 5.4.** A opinião negativa dos Waimiri-Atroari sobre o Exército e seus componentes, convém notar, **não se alterou nas décadas seguintes**, como observou o antropólogo Marcio Ferreira da Silva (2009, p. 46, nota 10) em sua pesquisa de campo: as “marcas adquiridas durante o processo de pacificação são até hoje [1987] frequentes entre os Waimiri-Atroari”. (**Lauda Pericial – página 82 – 5° parágrafo**)

Antes do início dos trabalhos da Audiência do dia 27 de fevereiro de 2019 consegui fazer contato com o Viana, antigo Capitão da Aldeia Terraplenagem, para entregar-lhe algumas fotos dele, sua esposa Kátia e sua filhinha recém-nascida – Ângela, nos idos de 1982. O Viana, muito meu amigo, agradeceu emocionado e demonstrou certo Constrangimento por tudo que estava acontecendo.

---

<sup>1</sup> FUNAI detém chefe atroari temendo sarampo na aldeia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00145, 24 set. 1969. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_08&pasta=ano%20196&pesq=funai%20det%C3%A9m&pagfis=141289](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=funai%20det%C3%A9m&pagfis=141289). Acesso em: 2 mar. 23.



Imagem 01 – Família Reis e Silva em Visita aos WA (08.1982)

1. Kátia, esposa do Viana;
2. Ângela, filha do Viana (recém-nascida);
3. Neiva Maria, minha esposa;
4. Vanessa, minha filha primogênita (2 anos);
5. Daniella, minha filha nº 2 (8 meses).



Imagem 02 – Capitão Viana (27.02.2019)

OM:





*Imagem 03 – “Amigos” Waimiri-Atroari (27.02.2019)*

O Mário, no dia da audiência realizada no NAWA, 27 de fevereiro de 2019, pediu para falar comigo a respeito de dores que sofria depois de sofrer um acidente e que tinha medo de se submeter a uma cirurgia. Contei-lhe de meu acidente, em 1985, no Rio de Janeiro e das onze cirurgias reparadoras a que tive de me submeter, abri a camisa e mostrei-lhe a enorme cicatriz da laparotomia a que tinha me submetido. Deixei meu telefone com ele, caso mudasse de ideia tenho certeza de que nossos médicos militares poderiam atendê-lo. O Mário, visivelmente emocionado, e dois jovens WA que o cercavam, quase às lágrimas, agradeceram-me.

### **Minha Experiência Com os Waimiri-Atroari**

Nos idos de 1982/3, como Capitão de Engenharia, fui designado Comandante da 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 6º BECnst sediado em Boa Vista, Roraima. A missão da Companhia era a manutenção da BR-174, no trecho que ia de Manaus, até o Rio Jauaperi em Roraima (419 Km). A sede da Companhia ficava ao Sul da reserva WA, no Km 202 da BR-174, cuja estrada cortava a reserva ao meio. Na época, o líder dos WA era o Tuxaua Viana, inteligente, empreendedor e muito amigo dos militares a quem entreguei, por diversas vezes, livros didáticos. O Viana era um aficionado pela Matemática e resolvíamos, juntos, alguns exercícios atendendo às suas solicitações.

Nas minhas inspeções ao trecho, eu visitava cada uma das aldeias localizadas ao longo das estradas e fazia um salutar comércio com as lideranças. Trocava a farinha que eles produziam por gêneros diversos e pequenos animais (porcos e galinhas) que criávamos na Companhia, ensinando-lhes os procedimentos corretos que deveriam adotar para mantê-los.

Servia comigo o Doutor Leônidas Sales Sampaio, valoroso e extremamente dedicado oficial médico R/2 que aceitou de bom grado a incumbência de vacinar todos os WA da reserva, cuja área é um quarto do estado de Santa Catarina. Muitas vezes o Sampaio tinha que arrastar ou carregar nas costas a canoa, que o apoiava, através das pedras do Rio Alalau e seus afluentes para chegar às aldeias mais distantes. Era um trabalho voluntário

*DM:*

e ele não tinha nenhuma obrigação de fazê-lo. A vacinação intensiva dos WA iniciou-se com o Dr. Sampaio e não com o “Programa WA”.

Recebíamos atenciosamente, por diversas vezes, na sede da Companhia, os nativos para atendimento médico. O relacionamento era extremamente amigável e éramos muito bem recebidos nas Aldeias, frequentemente acompanhado de minha esposa e filhas, uma de três meses e a outra de um ano e meio nas visitas. Consegui, em agosto de 2010, graças ao amigo Paulino (ex-funcionário da FUNAI), restabelecer contato com o Dr. Sampaio e sua esposa Dr<sup>a</sup> Zeina Michiles Sampaio.

O Dr. Sampaio é, atualmente, médico Infectologista e Gerente de Vigilância de Doenças Transmissíveis no Amazonas. Solicitei a ele um pequeno relato de sua passagem pelo Abonará, que reproduzo a seguir:

### **Abonará – Amazonas – Berço do Princípio de Saúde Coletiva de um Médico Aspirante a Oficial**

Ao ser responsável médico pelos recursos humanos militares e civis contratados atuantes na manutenção da BR-174, estudei muito na enfermaria para elucidar o diagnóstico de diversas doenças que incidiam na Comunidade. A malária incidia na Comunidade branca e indígena da área.

Entrei no exército como amigo e tive que me tornar um militar de verdade, para acompanhar satisfatoriamente a rotina, com seu estatuto perfeito e na dependência de ser operado por seres humanos justos e honestos, como em qualquer organização social.

Com poucos pacientes a serem atendidos na enfermaria, comecei a achar que poderia levar saúde à população às margens da BR-174 e visitar regularmente os pelotões sediados na Estrada, além de atuar nas Comunidades indígenas “*Waimiri-Atroari*” na reserva indígena sob a proteção da União.

Após minha primeira visita foi constatada a indignação do funcionário da FUNAI Sr. Paulino, que consistia na ausência de atenção médica aos indígenas por mais de seis meses, que concorreram para a continuidade do acompanhamento médico aos indígenas, por todo o ano que passei no exército, que apesar do médico da FUNAI ser chamado por várias vezes para discutirmos saúde indígena, NUNCA COMPARECEU nas Aldeias.

Isso motivou uma atenção médica e odontológica por parte do exército sediado no Abonará, até mesmo às localidades distantes e de difícil acesso. No Plano de Atenção Médica às Comunidades da Estrada apresentado ao então Capitão Hiram Reis e Silva, a saúde indígena tomou vulto regular de atuação, com programa de vacinação estimulado, controle de endemias como a malária e doenças diarreicas operado nas Comunidades indígenas, além de tratamento radical de processos infecciosos e contagiosos e patologias diversas de incidência na área indígena, levando a contrapeso a atenção odontológica preventiva e curativa.

Toda essa atuação, de certeza ajudou a inverter os índices negativos de crescimento populacional do povo “*Waimiri-Atroari*” e melhorar a saúde da população indígena e ao longo dessa rodovia federal. A atenção médica

aos militares e civis da região não foi interrompida, haja vista, a operação de ações na área indígena ser levada a termo nas sextas e sábados.

Não havia feriado e domingos no acampamento militar do Abonari, apenas “*arejamento*” mensal. (Leônidas Sales Sampaio)

Em 2008, meu acesso à reserva foi negado. O indigenista José Porfírio Fontenele Carvalho, contratado pelo “*Programa Waimiri-Atroari*” da Eletronorte, não via com bons olhos a aproximação dos nativos com elementos do Exército Brasileiro. No entanto, é importante destacar que a população dos WA cresceu desde a década de 80, com o trabalho de heróis anônimos como o Dr. Sampaio, Dr. Alexandre e tantos outros militares que emprestaram sua total solidariedade à causa dos WA.

Nesse sentido, o Cel Eng Zauri Tiaraju Ferreira de Castro em 30 de agosto de 2022, em seu depoimento relatou a respeito de um contato com os Waimiri-Atroari que aconteceu pouco antes do Massacre do Posto Abonari II (no dia 29.12.1974):

**Pergunta:** o Sr. tomou conhecimento, na época, dos massacres perpetrados pelos Waimiri-Atroari ao Posto Alalaú II [no dia 01.10.1974], à turma de desmatamento – os maranhenses [no dia 18.11.1974], e ao Posto Abonari II [no dia 29.12.1974]?

**Resposta:** o primeiro massacre, o massacre do Alalaú, eu me encontrava na sede do destacamento em Abonari e sei desse massacre pela participação administrativa que nós tivemos, porque foram massacrados funcionários da empresa terceirizada que ia realizar um trecho de desmatamento manual e houve um sobrevivente que eu conheci e conversei com esse sobrevivente pessoalmente e ele contou como é que se deu esse massacre lá do Alalaú. Houve dois no Alalaú, na verdade, um às margens de uma balsa que tinha lá em que alguns funcionários da FUNAI escaparam, nadando no rio Alalaú e houve outro, mais adiante, que é esse que eu me referi anteriormente.

O do Santo do Abonari eu fui testemunha ocular e mais que testemunha ocular eu participei das ações que vieram a desencadear e desembocar neste massacre, eu fui o oficial responsável pela administração e guarda do acampamento, no final de dezembro de 1974, por ocasião da dispensa do pessoal civil e militar em função das festas de final de ano. Como muita gente tinha a família longe em outros estados foi dada uma larga dispensa para esse pessoal eu fui voluntário para permanecer no acampamento porque logo depois quando o pessoal que estava todo fora retornasse eu entraria em férias, então fui voluntário para permanecer no acampamento, fiquei eu e a minha esposa o 3º Sargento Goulart de engenharia e me parece que 13 militares e alguns civis, nós completávamos um efetivo em torno de 20 pessoas nesse acampamento num dia que eu não sei a data exatamente, na parte da tarde, 5 índios Atroari apareceram no nosso acampamento e o Sargento Goulart, que tinha uma compleição física – um pouco gordinho – assim como a gente fala na caserna, chegou na minha casa que ficava a uns 300 m do acampamento bufando, assustado porque os índios tinham chegado ao acampamento.

Imediatamente botei a farda e me dirigi para o acampamento e lá encontrei os índios comendo algumas bolachas, tomando suco, curiosos observando as instalações do acampamento, a minha mulher que ficou nervosa porque eu ia entrar em contato com os índios vestiu uma farda botou um chapéu Bandeirante e foi até o acampamento e quando ela chegou lá vestida de soldado os índios a identificaram como mulher e a chamaram Maria foi nessa hora que foi realizada uma troca, eles manifestaram o desejo de ofertar a ela um passarinho que estava preso numa gaiola feita de cipó e embira e ela como não tinha um presente ali para dar na hora conseguiu uma marmita dessas de metal, dessas que o gaúcho chama de vianda, uma marmitinha dessas e deu em troca para o índio.

Conversamos um pouco ali tentamos explicar algumas coisas para os índios e um índio foi na minha casa pegar esta marmitinha, acompanhado de alguns soldados, foi a pé assim uns 300 m buscar a marmitinha trocada pelo passarinho e eu convidei os índios, mandei que colocassem umas latinhas vazias de goiabada a uns 20 m de distância, pedi para o Soldado de guarda que me emprestasse o mosquefal dele, mosquefal, você sabe não é Hiram, aquelas armas antigas do mosquetão adaptado.

Dei uns tiros pessoalmente e atirei naquelas latinhas, acertei e os índios imediatamente sentiram vontade e também atiraram de flecha, duas ou três flechadas e também acertaram as latas. Depois daquilo, eles retornaram para o acampamento do Abonari.

Foi contatado, pelo Posto da FUNAI, o Gilberto Pinto em Manaus, eu não me lembro se ele veio no outro dia de manhã de avião, me parece que sim, e foi combinada a vinda do Capitão, Bonilha que era Chefe da Seção Técnica em Boa Vista, também veio para o acampamento, porque foi um fato inusitado – os índios apareceram no acampamento do Exército –, foi um comentário muito grande, uma rebordosa e combinaram que no outro dia nós faríamos uma visita à estrada acompanhados pelo Gilberto Pinto e pelo Capitão Bonilha e que os índios passeariam pelo trecho da estrada na boleia de um caminhão do 6ºBEC, parando de vez em quando e assim o fizemos.

Eu estava na carroceria junto com mais ou menos vinte índios, eles muitas vezes desejaram parar onde tinha um bueiro ARMCO<sup>(2)</sup> para gritar na boca do bueiro, desciam e gritavam na boca do bueiro para escutar o eco, eles gostavam muito de escutar o eco dos seus gritos e nós tínhamos a missão do Gilberto Pinto de dizer a eles que o “Caminhão”, a estrada era nossa, era do Exército, dos brasileiros, não era deles, mas que o restante permanecia deles, a estrada, as casas, mas eu tenho certeza de que eles não entenderam porque eles não entendiam como eu li no livro onde tem várias situações que conversaram com os índios, é impossível conversar com aqueles índios naquela época.

Os índios não entendiam português só entendiam “*maré – bom*”, “*marupá – mau*” e “*Maria*” e pouco mais do que isso, não existe diálogo

---

<sup>2</sup> Bueiro tubular metálico.



– foi explicado para os índios, os índios não conversaram com ninguém, nunca conversaram com ninguém, os índios não entendiam o português. Se nós repetíamos uma frase, pronunciávamos uma frase para eles – “*vamos passear de caminhão*”, eles respondiam – “*vamos passear de caminhão*”, eles não entendiam o significado das palavras.

Passeamos e ao voltar deixamos os índios na margem do Abonari, na altura da ponte, cujo Posto da FUNAI ficava a uns 3 km a jusante, rio abaixo, e nós retornamos para o acampamento e isso já era parte da tarde do segundo dia da visita dos índios. O Gilberto Pinto permaneceu no acampamento com esses índios e eu voltei tranquilo, o Capitão foi embora para Boa Vista, retornou o Capitão Bonilha e eu fiquei tranquilo ali.

No outro dia, às seis e pouco da manhã, chegou à minha casa outra vez o Sargento acompanhado de um índio que eu não sabia, na época, mas hoje eu sei que era o Ivan, o sobrevivente do massacre, apavorado, dizendo inclusive – mataram todo mundo, mataram todo mundo, não conseguia falar. Eu lembro que dei-lhe meio copo de Whisky puro, ele estava em estado de choque. Ele era um índio aculturado, este sobrevivente tinha andado uns 3 km, atravessado a nado o rio Abonari, corrido uns 3 km até a ponte e cerca de mais seis até o nosso acampamento, então esse foi o trajeto que ele fez, ele estava esbaforido, muito cansado.

E eu comuniquei, de novo, a sede, em Boa Vista, que tinha havido um massacre, imediatamente o Capitão Bonilha retornou para o nosso acampamento, retiraram as mulheres que havia no acampamento, a minha esposa e a esposa do Tenente Eduardo que tinha ficado de férias no acampamento, não ia viajar não estava de serviço, mas permanecera no acampamento numa das casas da Vila Militar, vamos dizer assim, levaram essas senhoras para Manaus no avião que Capitão tinha vindo de Boa Vista. Decidiu o Capitão que nós devíamos fazer uma patrulha para ir até o Posto do Abonari verificar o que realmente tinha acontecido e aí fizemos uma patrulha de 10 elementos a pé, mata adentro, na diagonal desse triângulo Posto – Ponte – Acampamento, diferente do que consta do livro <sup>(3)</sup> nós não fomos de canoas, nós fomos a pé dentro do mato, inclusive temerosos e bem protegidos uns pelos outros com cobertura, porque nós temíamos que os índios pudessem tentar nos atacar.

Na entrada, onde havia o Posto da FUNAI, havia uma clareira de, mais ou menos, uns 50 m de raio, a casa ficava na beira do rio e quando nós saímos da mata e ingressamos nessa parte desmatada já encontramos o primeiro funcionário da FUNAI morto com muitas flechadas no peito e muito machucado.

O Capitão Bonilha, num ato de coragem, ordenou a mim que permanecesse com meus homens no mato e que ele sozinho entraria no posto da FUNAI e que se dentro de 3 minutos ele não retornasse eu deveria avançar com os homens porque teria havido alguma coisa mais

---

<sup>3</sup> CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. Waimiri-Atroari A História que Ainda não foi contada. Brasília, 1982. 154 p.

grave. Depois de algum tempo, que não chegou há 3 minutos, o Capitão apareceu na janela da casa e fez sinal para que nós avançássemos quando chegamos dentro da casa encontramos outro funcionário da FUNAI morto e logo abaixo da casa, uns 15 ou 20 m, quando muito, tinha o que eles chamam de casa de farinha, onde eles ralam a mandioca para fazer farinha e ali se encontrava o Sertanista Gilberto Pinto de bruços com três flechadas nas costas e cujas flechas apontavam o abdômen, duas pelo menos apontavam como querendo atravessar, mas não conseguiram atravessar.

Decidimos, então, que faríamos algumas buscas porque faltava ainda um funcionário da FUNAI, avistamos no entorno pedaços de arma, pedaços de rádio, garrafas de Fanta no chão e não havia rastro de índio nenhum e as canoas da FUNAI, que eram motorizadas não se encontravam mais na margem do rio. Segundo o sobrevivente, de manhã o Gilberto desconfiou que os índios estivessem tramando algum ataque e mandou que ele esvaziasse as canoas com uma latinha, porque tinha um pouco de água dentro das canoas para levar logo esses índios embora, porque ia levar rio acima os índios com as canoas, eram 27 índios ao todo, iam transportar os índios com as canoas da FUNAI.

Neste momento ele disse que estava com um olho nos índios e outro olho na água da canoa e quando ele tirando a água da canoa olhou para os índios, um índio daqueles puxou a flecha, distendeu o arco para atingi-lo e nesse momento ele mergulhou na água do rio e atravessou e foi me avisar. Ainda tinha uma flecha dentro do Rio, cravada no pau de uma árvore caída, um pau meio podre dentro d'água, ainda tinha uma flecha cravada aí.

Nós decidimos transportar o corpo do Gilberto Pinto e dos outros dois em padiolas, botamos o corpo numa rede e amarramos as duas pontas da rede numa vara e cada um botava a ponta da vara no ombro para transportar. Não foi possível porque o corpo é muito difícil de transportar, fica muito pesado. Resolvemos, então, construir algo com as canoas que tinham lá. As que tinham sobrado dos índios e acho que uma da FUNAI, se não me engano, construímos balsas com as portas da casa e transportamos esses corpos para a região da ponte do Abonari. Terminamos este transporte à noite, então outra mentira <sup>(4)</sup>, o Gilberto não chegou a Manaus no mesmo dia da sua morte, ele só chegou a Manaus no outro dia e acredito que tenha sido de avião, mas não tenho certeza absoluta. Eu cortei as hastes das flechas que estavam perfurando o corpo do Gilberto porque elas não saiam, tem físgas, ficam trancadas dentro do corpo e eu acredito que em Manaus tenham tirado essas flechas, lá na autópsia devem ter extraído essas flechas do corpo do Gilberto Pinto. Eu tinha 24 fotos desta epopeia tiradas com a máquina Olympus Trip que foram requisitadas pelo pessoal do Batalhão e do Grupamento e nunca mais vi essas fotos.

---

<sup>4</sup> CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. Waimiri-Atroari A História que Ainda não foi Contada. Brasília, 1982. 154 p.

No outro dia veio mais gente de Boa Vista e fizeram outra patrulha em que eu não participei e encontraram um quarto morto, uma quarta pessoa morta, com um cartucho detonado, eu acredito que tenha sido único tiro que foi dado naquela epopeia, o tiroteio que o pessoal disse que ouviu deve ter sido de um tiro de um funcionário da FUNAI que abateu um índio e esse funcionário tinha 11 flechas cravadas nas costas <sup>(5)</sup>. É essa a epopeia.

**Pergunta:** ele certamente tinha acertado alguém?

**Resposta:** é ele matou um índio, entrincheirado num tronco caído. Ele correu se escondeu atrás daquele tronco e os índios atacaram ele pela frente e ele matou um índio e os outros foram por trás e deram 11 flechadas nas costas dele. [...]



*Imagem 04 – Canoa arreventada pelos índios a machado*

---

<sup>5</sup> Osvaldo de Souza Leal.



*Imagem 05 – Voadeira avariada pelos índios*



*Imagem 06 – Posto S. Antônio do Abonari II*

OM:.





*Imagem 07 – Equipe de Resgate*



*Imagem 08 – Sertanista Gilberto Pinto*

DM:





*Imagem 09 – Sertanista Gilberto Pinto*



*Imagem 10 – Servidor da FUNAI massacrado*

OM:.



*Imagem 11 – Servidor da FUNAI massacrado*



*Imagem 12 – Material encontrado no Posto da FUNAI*

DM:





*Imagem 13 – Sobrevivente Ivan Lima Ferreira*

O Sr. Sebastião Amâncio da Costa que foi Delegado, Superintendente e Assessor da Presidência da FUNAI foi ouvido em Audiência virtual nos dias 4 e 11 de fevereiro de 2022, nos seguintes termos:

**Dr. Fernando:** Certo. Bom o senhor prestou declarações no jornal “O Globo”, em 6 de janeiro de 1975, falando que fariam uma demonstração de força dos civilizados que incluíam emprego de dinamite, granada, bombas de gás lacrimogênio, rajadas de metralhadora e confinamento dos chefes dos índios em outras regiões do país, eu gostaria que o senhor explicasse o contexto dessa fala, né.

**Sebastião Amâncio:** Foi interpretação do jornal e de interesses sensacionalistas sobre isso. O que foi dito é que nós não faríamos como

*Sebastião Amâncio*

na ocupação do Oeste Americano onde o exército era o carro chefe da submissão dos índios daquela região, de acordo com que se vê em filmes até hoje, nós não faríamos aquele tipo de demonstração de força e de resistência, de massacres como fez o exército americano de acordo com as histórias passadas. Pelo contrário o que foi dito é que não seria feito aquilo e sim uma atitude de boa vizinhança e de confiança entre o grupo da FUNAI e os indígenas. Aquilo foi uma exploração jornalística mal interpretada do que nós queríamos que fosse entendido. Esse modelo era o modelo que usava o exército americano na abertura do oeste americano. Nós dizíamos que não seria levada a cabo uma demonstração daquele modelo e sim de amizade com os índios. É o inverso do que o senhor falou e do que posso ter sido interpretado. O jornal falou o que o senhor disse, mas não era verdade.

**Dr. Fernando:** Certo, essas determinações de demonstração de força constam inclusive de um ofício nº 42°-E2-Conf que a própria FUNAI que assume, né, esta questão de demonstração de força. Então isto também está oficial por meio de um ofício da própria FUNAI.

**Sebastião Amâncio:** Nunca houve, o Exército trabalhou na abertura da estrada e subempreitou vários trechos, mas não há nada que desabone a atuação do Exército, eles fizeram um trabalho com profissionalismo, retidão e confiança. Nada há que os desabone, não houve qualquer demonstração de força ou de resistência, ou de ameaças, não houve nunca isso.

**Dr. Fernando:** Certo, tem uma outra fala do jornal que o jornal coloca como se fosse literal tua também, senhor que é *“o armamento será usado apenas para dissuadi-los de qualquer pretensão de ataque contra os civilizados, a dinamite que explode derruba árvores será útil para demonstrar nossa força e espantar os índios e as bombas de gás lacrimogênio poderão ser usadas em caso de ataque forçando um recuo imediato dos índios”* uma outra frase também atribuída ao senhor então o senhor não disse isso também.

**Sebastião Amâncio:** Foi a interpretação em razão da primeira fase que o jornal publicou que seriam então utilizadas condições que o exército americano não usava ainda na época do oeste americano porque não existia bombas de gás e nem o uso de dinamite. Mas a FUNAI em todas as frentes de atração que exercia para evitar massacres, principalmente dos profissionais, utilizava sim esses foguetes com estampidos que impressionavam como se fossem armamento, mas eram foguetes. [...] De modo que os estampidos pudessem refrear a investida como se fosse armamento. Isso nas frentes de atração era comum existir, não nos Waimiri-Atroari, mas em outras partes do País onde havia Frentes de Atração.

**Dr. Fernando:** Certo, é, então o senhor afirma que não teve nenhum tipo de ação contundente ou forte ou até ação física dos funcionários da FUNAI ou do próprio Exército contra os Waimiri-Atroari?

**Sebastião Amâncio:** Da FUNAI jamais e do Exército também não.

**Dr. Fernando:** Tá, tem um relato, né, dele não sei se o senhor já ouviu, né, ele disse que viu corpos dos índios trazidos em uma caçamba e serem jogados num buraco da terraplanagem, tinham cinco caçambas com índios e o nome da região passou a ser terraplanagem e era [...]

**Sebastião Amâncio:** Olha, nunca ouvi falar disso e não acredito que seja verdade. Os índios nunca me falaram sobre isso.

**Dr. Fernando:** Tá, nessa época, que acho que era 1985, se não me engano, né, o ano, o senhor chegou a presenciar a saída do Presidente da FUNAI e a troca pelo Romero Jucá?

**Sebastião Amâncio:** Bom, eu conhecia muito o Romero Jucá, mas qual o presidente o senhor fala?

**Dr. Fernando:** É, agora tô sem aqui o nome, o Presidente em 1985 <sup>(6)</sup> no contexto das pressões que estavam havendo pela mineração na área, né? Já estava acontecendo a mineração lá.

**Dr. Fernando:** O senhor acompanhou esse processo de saída deles da área, do Egidio, da esposa, o senhor estava acompanhando isso, estava atuando...?

**Sebastião Amâncio:** Estava, era na minha gestão.

**Dr. Fernando:** Certo, a saída deles foi a partir de uma determinação da própria FUNAI, não é isso?

**Sebastião Amâncio:** Foi.

**Dr. Fernando:** Certo, o que que aconteceu, só para eu entender?

**Sebastião Amâncio:** Havia uma espécie de insuflação do senhor Egidio para que os índios agissem contra o pessoal da FUNAI. Insuflava para que fizessem massacre, e ele foi convidado a sair, pois foi realizada uma sindicância e se comprovou que era real essa atitude dele e daí para evitar maiores males ele foi convidado a se retirar.

Em depoimento de Sebastião Amâncio da Costa no Inquérito Civil Público Nr 1.13.000.001356/2012-07, em 25 de novembro de 2014, prestou as seguintes declarações:

[...]

Sobre as mortes, estive alguns meses no Rio Purus e num momento posterior com Mário e Viana, tínhamos uma intimidade muito grande, eles nunca comentaram qualquer morte por parte da Frente e do Exército. [...]

Sobre a alegação de que havia 6.000 índios lá, não era possível fazer censo, devido às dificuldades de contato, então não era possível estimar isso. [...]

---

<sup>6</sup> A permanência na Presidência da FUNAI, naquele período, era extremamente efêmera e a de Apoena não foi, absolutamente, a mais curta dentre elas, vejamos:

Nelson Marabuto	–	setembro de 1984 a abril de 1985;
Ayrton Carneiro de Almeida	–	abril de 1985;
Gerson da Silva Alves	–	abril de 1985 a setembro de 1985;
Álvaro Villas Boas	–	de setembro a novembro de 1985;
Apoena Meireles	–	de novembro de 1985 a maio de 1986; e
Romero Jucá	–	de maio de 1986 a setembro de 1988.



O Ministério Público faz afirmações inverídicas e descontextualizadas a respeito do Ofício 42-E2-Com baseadas em pasquins da época e no livro de Porfírio de Carvalho. Nesse sentido, destaca-se o publicado no Jornal do Comércio Nr 33.156, em 7 de janeiro de 1984, Manaus/AM<sup>7</sup>:

### **Euclides Inaugurou a Escola Indígena com o Nome de seu Pai**

O General Euclides de Oliveira de Oliveira Figueiredo Filho, Comandante da Escola Superior de Guerra, inaugurou, ontem, às 12h00, o Centro Educacional “*Euclides de Oliveira Figueiredo*”, localizado na reserva dos índios Waimiri-Atroari, no quilômetro 270, da BR-174 [Manaus-Caracarái]. O Centro Educacional é fruto de um pedido pessoal do chefe indígena Viana Iwandrera ao General Euclides, quando este visitou aquela comunidade ainda como comandante do Comando Militar da Amazônia – CMA.

O Comandante da ESG, acompanhado do Comandante da Base Aérea de Manaus, Cel Acir Rebelo, do Comandante do 2º Grupamento de Engenharia de construção, General Luiz Gonzaga de Oliveira, do General da reserva Mário Humberto Cardoso da Cunha, do Superintendente Regional de Produção da Mineração Paranapanema Junhici Tomita e do Delegado Regional da FUNAI, Kazuto Kawamoto, desembarcou no aeroporto do Núcleo de Apoio Waimiri-Atroari poucos minutos antes das 11h00. Em seguida, foram para o Posto Indígena de Terraplenagem, onde fica localizado o Centro Educacional “*Euclides de Oliveira Figueiredo*”. O General Euclides e sua comitiva, a convite do chefe indígena Viana percorreram vários núcleos de plantações diversificadas por eles cultivadas.

Conheceram ainda a comunidade de “*Jawara*”, composta por 5 malocas, habitadas por 34 índios Atroari. O ex-comandante do CMA ficou impressionado com a diversificação das culturas de subsistência dos Atroari. Sempre cercado pelos índios, na sua maioria crianças e mulheres, Euclides Figueiredo Filho conheceu as técnicas rudimentares de fabricação de farinha de mandioca.

A explicação foi feita pelo chefe Viana Iwandrera, elogiado pelo Chefe da ESG pela sua capacidade de dinamizar aquele núcleo indígena. Dirigindo-se aos índios que os cercavam, o General Euclides declarou:

–*Viana é chefe de vocês. A ele vocês devem obedecer.*

A reserva dos índios Waimiri-Atroari mede 1 milhão e 850 mil hectares. Ao todo, eles são aproximadamente 700, distribuídos em várias comunidades. Ainda existem vários núcleos arredios, embora estejam sendo contatados há anos pela Fundação Nacional do Índio. O PI Terraplenagem, localizado à margem da BR-174 é um dos pontos de atração da FUNAI, que vem “*cumprindo com muita habilidade a sua meta de trabalho*”, como admite o delegado Kazuto Kawamoto.

### **Inauguração**

---

<sup>7</sup> Euclides inaugurou a escola indígena com nome de seu pai. Jornal do Comercio, Manaus, Nr 33.156, 7 jan. 1984. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054\\_1984\\_33156.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1984_33156.pdf). Acesso em: 2 mar. 23.

O General Euclides e o chefe Viana desençaram a fita de inauguração do “Centro Educacional Euclides de Oliveira Figueiredo” – construída em madeira rústica e coberta com palha de buritizeiro. O chefe Viana, num ligeiro discurso de agradecimento, declarou:

–O General esteve aqui. Deu atenção para o índio. Prometeu escola. Hoje escola está pronta. Estamos muito alegres... obrigado General Figueiredo.

O Delegado Regional da FUNAI, por sua vez, agradeceu a colaboração das unidades militares instaladas na região pela contribuição que vêm dando à execução do plano da política indigenista oficial, tendo como ponto básico a integração do índio à comunidade nacional.

Ele declarou, por outro lado, que Euclides Figueiredo Filho, quando Comandante do CMA, não mediu esforços em ajudar a FUNAI no cumprimento de sua missão, concernente à proteção integral do índio e de seu patrimônio. Explicou que a afixação do nome do seu saudoso pai, o Gen Euclides de Oliveira Figueiredo, naquele Centro Educacional, significa a gratidão pelos serviços que prestou às comunidades indígenas quando Comandante do CMA. Por outro lado, destacou que a homenagem justificava uma dupla homenagem: ao Gen Euclides de Oliveira Figueiredo e ao Gen Euclides de Oliveira Figueiredo Filho.

#### **A Paranapanema**

A exemplo do delegado da FUNAI, o Genal Euclides Figueiredo agradeceu à Mineração Paranapanema pelo gesto de reconhecimento ao seu pedido pessoal. Ele disse que assim que o chefe Viana pediu-lhe uma escola, repassou essa reivindicação aos seus amigos da Paranapanema, que explora uma área de mineração contígua à reserva dos Atroari. Disse o General, referindo-se à Mineração Paranapanema:

–Eu estou profundamente emocionado com essa oportunidade de ver realizado por vocês aquilo que me *pediram pra fazer. Eu não fiz nada. Eu só fiz é pedir aos amigos. E os amigos me atenderam.*

Em seguida, o ex-Comandante do CMA disse que na Amazônia todos devem trabalhar conjuntamente, ressaltando que:

–*Isso bastaria para justificar a nossa vinda e a nossa permanência no Comando é a nossa missão. É a missão do Exército. A gente procura ajudar a todos aqueles que trabalham em favor da população local, assim como a Marinha e a Aeronáutica.*

Emocionado, Euclides declarou que estava muito gratificado pelo fato de os índios terem escolhido o nome do seu pai, para homenageá-lo. Encarou a homenagem como uma prova de reconhecimento aos bons serviços prestados por seu genitor à comunidade nacional, ressaltando que ele seria sempre lembrado num local onde nunca tinha servido como militar.

**Presente** Antes de retornar ao NAWA, Euclides conversou isoladamente com os índios que ali se encontravam, fazendo perguntas e respondendo indagações dos Atroari. O chefe Viana entregou-lhe um arco e duas flechas como presente. Euclides Figueiredo e sua comitiva ainda visitaram, no dia de ontem, a Mineração Paranapanema, no município de Presidente Figueiredo. (JC, N° 33.156)

O Gen Div Décio dos Santos Brasil no seu depoimento prestado como testemunha no dia 09 de setembro de 2022, fez o seguinte relato com relação ao período em que serviu no 6º BECnst, nos idos de 1986 a 1988:

**Pergunta:** qual foi sua experiência com os Waimiri-Atroari?

**Resposta:** eu tive contato com os índios desde o início antes mesmo de assumir o comando conhecendo o trecho, as obras que estavam em andamento, e então já tive os primeiros contatos com os índios, um pouco resabiado pelas histórias que contavam, mas acalmado pelo então Capitão Pereira Pinto que era comandante da Companhia e que tinha uma integração muito grande particularmente com os Waimiri que ficavam mais próximos do acampamento do Abonari e nesse momento eu já conheci o então o cacique da tribo dos Waimiri, o índio Tomás com quem mantive um relacionamento de amizade durante toda a minha permanência no trecho da 1ª CiaECnst e constantemente nós íamos à aldeia que ficava próxima do rio Abonarí, eles eram nômades, tinham várias aldeias espalhadas pelo território deles e quando a área ficava sobrecarregada, o cheiro que eles produziam, a falta de caça, eles mudavam para outra área. Então eles ficavam rodando pelas diversas aldeias que eles tinham, mas normalmente encontramos os índios sempre ali na aldeia próxima ao Posto da FUNAI que tinha na beira do rio Abonarí e sempre encontrávamos alguém quando a gente passava pelo trecho. [...]

**Pergunta:** o Sr. poderia detalhar este contato que manteve com o Tomás?

**Resposta:** o Tomás era um índio mesmo, embora ele já tivesse ido a Brasília, já tivesse tomado contato com a civilização, ele ainda mantinha as suas características de índio, ele andava, nessa época os índios andavam nus ainda e quando eu saí de lá eles já andavam com roupa, mas nessa época que eu cheguei lá eles andavam nus ainda e o Tomás era um índio mesmo ele gostava de conversar comigo, às vezes ele ia ao PC quando eu estava na Companhia, para bater papo e às vezes eu ia à aldeia para bater papo, quando eu saía de arejamento, o nosso regime de trabalho lá era 27 dias de trabalho por três de arejamento, e trabalhava 24 horas por dia e nesse arejamento eu ia a Manaus com a minha família, minha mulher e meus filhos que moravam comigo lá no Abonarí e nessas ocasiões eu já herdei esse compromisso do meu antecessor de fazer uma cesta básica com alguns produtos alimentícios e produtos de higiene, eu lembro que o Tomás gostava do sabonete Phebo, então eu comprava para ele, eu mesmo não usava sabonete Phebo porque era muito caro naquela época, mas eu comprava sabonete Phebo para o Tomás e mantínhamos um relacionamento de amizade e eles nos permitiam transitar e fazer o que queríamos dentro da reserva. Nessa época o fechamento do greide, o senhor conhece bem a área, é um barro que se chover vira tabatinga, é muito difícil, e para você fazer a terraplanagem com esse material é muito complicado e nós descobrimos uma jazida de material de primeira classe dentro da reserva e não tivemos problema nenhum nem com a FUNAI, nem com os índios, de abrir uma clareira no meio da selva e explorar aquela jazida e toda a base e sub-base da BR- 174 naquele trecho que foi



alteamo foi feito com este material tirado desta jazida de um cascalho muito bom e assim nós conseguimos fazer o nosso trabalho, mas só tinha essa jazida não tinha outra, pesquisamos em muitos lugares e não achamos. Como também para fazer os bueiros tubulares encontramos num igarapé uma jazida de seixos rolados, não tinha brita era muito cara para vir de onde tinha. Nós conseguimos achar essa jazida de seixos rolados e fizemos todos os bueiros com ele, bueiros celulares com uma fábrica de tubos que nós construímos lá no Abonari e fabricamos os tubos todos na Companhia em vez de usar brita usávamos os seixos rolados. Tudo dentro da reserva dos Waimiri-Atroari sem qualquer constrangimento sem qualquer problema sem nada como disse. Nós controlávamos a cancela porque havia casos de caminhoneiros que perturbaram os índios, particularmente as índias e provocar reações dos índios para com os caminhoneiros, então para a segurança de todos havia esse fechamento da BR-174 na parte da noite. Depois que eu saí de lá houve um problema na época do asfaltamento da BR-174 em que os índios tomaram conta da cancela e cobravam um pedágio criando problemas homéricos, foi até narrado pelo Gen Silva e Luna que ele teve de negociar o asfaltamento da BR-174 dentro da reserva porque os índios começaram a criar problemas. Não havia qualquer interesse externo naquela ocasião, esse funcionário da FUNAI que estava lá era muito chegado ao nosso pessoal e também não criava nenhum tipo de problema, os interesses começaram a crescer e acredito que isso tenha criado uma nova mentalidade dos índios por influência de pessoas externas com outros interesses na área.

Em consulta realizada nos jornais da época, constante em anexo, jamais mencionaram estas supostas atrocidades cometidas pelas Forças Armadas, desde o Massacre da Expedição Calleri. Um ato tão hediondo certamente causaria extrema revolta nos trabalhadores civis e militares que imediatamente fariam chegar estes fatos aos órgãos midiáticos, caso realmente tivessem acontecido. Destaca-se o disposto no quesito 5.1:

Durante os períodos em que estive na área [...], havia uma tensão constante entre chefes de posto 'brancos' e servidores auxiliares 'índios', muitos destes agindo em conjunto para tentar expulsar aqueles, com o objetivo de ganhar os cargos de chefia. Apelavam, frequentemente, para a identidade genérica de 'índio', valorizada num discurso indigenista [...] (Laudo Pericial – página 84 – 5º parágrafo)

Mais um fato controverso do antropólogo Stephen Grant Baines, pois convivi, por dois anos, com todo o *staff* da FUNAI e o próprio Baines e em nenhuma oportunidade verifiquei esta cisão apontada por ele. Baines sistematicamente distorce a verdade.

Stephen Baines, hoje professor da UNB, em seu artigo intitulado “O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial”, afirma:

[...] Um militar, Capitão do 6º BEC, que acompanhava o General Euclides de Oliveira Figueiredo e representantes da Paranapanema em suas visitas

a esta área indígena, organizou reuniões em Manaus em 1983, apoiando a proposta da Paranapanema de financiar a implantação de fazendas-modelo em troca de autorização para realizar pesquisa e lavra de mineração dentro da área indígena através de acordos diretos entre a empresa e os capitães Waimiri-Atroari como pagamento de royalties. Argumentava que tal proposta “comprovaria” que “pode haver uma convivência harmônica entre empresas mineradoras de lavra mecanizada e índios”. Propôs, também, uma Portaria para permitir a pesquisa e lavra por empresas mineradoras privadas em áreas indígenas. (BAINES, 1993, p. 17-18)

Minhas reportagens a respeito do tema, sob o título “Resgates Históricos? Por quê?”, foram publicadas no jornal digital ClicNews em 08.08.2011, reproduzida no FAPESP, no Blog Póstumo do Giulio Sanmartini no dia 15.08.2011 dentre outros, e sob cabeçalho “Indígenas e o Direito de Mineração” no jornal Gente de Opinião de 02.10.2011 entre outros... Foi também repercutido no meu livro “Desafiando o Rio-Mar – Descendo o Negro”<sup>8</sup>.

[...] A inspeção, em julho de 1983, do Gen Euclides de Oliveira Figueiredo, Comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), foi uma inspeção de rotina a uma Unidade Militar sob seu comando e só faziam parte da comitiva os militares do comando do CMA, 2º Grupamento de Engenharia de Construção e do 6º BEC.

A verdade é que o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários General Danilo Venturini, em agosto de 1983, determinou ao Comandante do 6º BEC, Coronel de Engenharia Ornélio da Costa Machado, que realizasse estudos junto às Comunidades nativas para verificar da possibilidade de exploração de minérios em terras indígenas por empresas privadas.

Depois de ouvir primeiramente as lideranças WA, suas reivindicações e aspirações (elas é que solicitaram a criação de 100 cabeças de gado em pequenas fazendas-modelo), iniciei, junto com meu convidado o pseudo-antropólogo Baines, uma série de reuniões, com a FUNAI e representantes da Paranapanema. (REIS E SILVA, 2015)

Em um documento mais atual do Baines, o autor alterou radicalmente o seu texto de 1993, sem citar a autoria de sua fonte<sup>9</sup>.

Em reuniões realizadas em Manaus, entre representantes (?) do 6º Batalhão de Engenharia de Construção [6º BEC] do Exército (10)

---

<sup>8</sup> SILVA, Hiram Reis e. Desafiando o Rio-Mar. AMZ: Caixas do Sul, 2015. 845 p.

<sup>9</sup> BAINES, Stephen Grant. Mineração e usinas hidrelétricas em territórios de povos indígenas e de outras populações tradicionais na região amazônica: a necessidade de novas críticas espistêmicas. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

<sup>10</sup> Havia apenas um representante, eu, o Capitão de Engenharia Hiram Reis e Silva, responsável pela malograda presença do Baines na tal reunião. (Hiram Reis)



representantes do Grupo Paranapanema e da FUNAI, organizadas por um capitão do (11), o mesmo afirmou que o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários General Danilo Venturini, em agosto de 1983, determinou ao Comandante do 6º BEC, Coronel de Engenharia Ornélio da Costa Machado, que realizasse estudos junto às comunidades indígenas (12) para verificar da possibilidade de exploração de minérios em terras indígenas por empresas privadas (13). (BAINES, 2014, p. 3)

Ao final dos meus textos, apresentei um relatório em que mostrava as pretensões das lideranças caso sua terra fosse objeto de exploração mineral, as colocações da FUNAI, do Baines e do Grupo Minerador Paranapanema. Minha conclusão era de que a exploração era viável desde que respeitadas e ouvidas as Comunidades envolvidas, a FUNAI e que os nativos tivessem uma contrapartida da extração.

O resultado de meu Relatório foi concretizado poucos meses depois através do Decreto nº 88.985, de 10.11.1983 que, no seu Artigo 4º, especifica que:

Art. 4º As autorizações de pesquisa e de concessões de lavra em terras indígenas, ou presumivelmente habitadas por silvícolas, serão outorgadas a empresas estatais integrantes da administração federal e somente serão concedidas quando se tratar de minerais estratégicos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional.

§ 1º Em casos excepcionais, considerado cada caso, pela Fundação Nacional do Índio e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, poderão ser concedidas autorizações de pesquisa e concessões de lavra a empresas privadas nacionais, habilitadas a funcionar como empresas de mineração.

A Constituição de 1988 respaldou meu Relatório e o Decreto 88.985 reafirmando que:

Art. 49 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

Art.176 As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou Terras Indígenas.

---

<sup>11</sup>Faltou 6º BEC no original. (Hiram Reis)

<sup>12</sup>Trocou “nativas” por “indígenas” do texto original por mim redigido. (Hiram Reis)

<sup>13</sup>Mais adiante o Baines omite que a primeira reunião realizada foi com as lideranças Waimiri-Atroari. (Hiram Reis)

## QUESITO 6. Aeronaves e Uniforme

Acerca dos depoimentos relatados nesse quesito 6 pelo antropólogo, os quais afirmam em síntese “[...]foi assim, tipo bomba [...] ele veio de avião, e de repente esquentou tudinho[...] tinha um avião assim, cor de folha, alguma coisa por baixo. Só isso. Passou isso aí, morria rapidinho a pessoa. Isso aí que nós vimos!”. Destaco o Ofício nº 2/AJUR, de 3 de março de 2023 e o Ofício Nº 3/AJUR, de 10 de março de 2023, ambos do Sétimo Comando Aéreo Regional, que versam acerca dos assuntos:

No que se refere às pinturas das aeronaves da FAB no período de construção da BR 174, observe-se que, naquela época, as cores utilizadas nas aeronaves da Força Aérea seguiam, em linhas gerais, as tonalidades cinzas do padrão OTAN. Poucas aeronaves receberam pinturas camufladas ou na cor verde, de forma que pudessem ser descritas como na “cor de folha” pelos indígenas. Mesmo tais aeronaves eram aviões pintados de branco ou cinza claro na parte de baixo da fuselagem, de forma que, observando a aeronave em voo, a partir do chão, os aviões não poderiam ser descritos como verdes ou camufladas.

Além disso, os aviões citados acima não eram aeronaves que poderiam pousar em qualquer pista, sendo necessário extensão e qualidade na pavimentação. Dificilmente teriam operado a partir de alguma pista improvisada nas obras da BR 174, de forma que pudesse ser observada no solo.

Complementando, a observação da coloração da pintura da aeronave seria possível em voos a baixa altura. Em atitude de voo normal, a cor visualizada seria a da parte de baixo do avião, que era cinza claro ou branco.

Sobre as pinturas vermelhas descritas em alguns relatos, tais características estão relacionadas com aviões pertencentes a Esquadrões de Busca e Salvamento ou à Aviação de Inspeção em Voo.

Os aviões de inspeção em voo são aeronaves laboratórios e são equipados para inspecionar e aferir equipamentos de auxílio à navegação aérea. Dificilmente teriam alguma missão a ser desempenhada nas obras da BR 174.

Com relação às aeronaves de busca e salvamento, a sua missão está relacionada com o emprego de meios da Força Aérea para localizar e salvar pessoas em situação de risco. É possível que tais aeronaves tenham sido avistadas nas ações realizadas para resgatar os corpos das vítimas do massacre da expedição do Padre João Calleri, que contou com um Catalina e um helicóptero SH-1D.

Foram anexadas algumas imagens de aeronaves com pinturas verde e camuflada e outras das aviações de Busca e Salvamento e de Inspeção ao Voo para permitir melhor visualização das cores vermelhas nas fuselagens. Passemos a analisar o depoimento de Memélia Moreira à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, conforme transcrito a seguir:

“Porque quando a gente pegou um igapozinho para chegar até a aldeia, que aí o rio estreita, eu vi que tinha uma coisa não natural boiando, era

assim, um... Não era bem um tubo, mas parecia, porque era metade, que era de napalm. E eu vi a marca, eu não sabia o que era napalm, eu conhecia a marca de um dos fabricantes de napalm, era Tordon. Eu vi que tinha Tordon, aí eu digo, espera aí, napalm... Aí eu digo, encosta mais naquilo ali, vai mais devagar, tira o motor, eu quero pegar aquele caco ali, era um caco. Peguei e botei na minha mochila e vim-me embora, não troquei uma palavra sobre o que eu achei, porque em 1974 a gente já sabia que eles tinham usado napalm no Vale do Ribeira, na Guerrilha do Araguaia, e nos Nhambiquaras". (Depoimento de Memélia Moreira à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, anexo 4).

Nas dezenas de artigos pesquisados, muitos apresentavam embalagens de herbicidas produzidos pela empresa Tordon, que são embalagens plásticas de tamanhos e formas variados. Talvez uma pedaço dessas embalagens plásticas fosse o "caco" que a Sra Memélia Moreira tenha encontrado boiando no "igapozinho" em 1974 e que, por razões que somente ela pode explicar, considerou ser uma embalagem de napalm.

Foram anexadas algumas imagens das embalagens dos produtos da empresa Tordon e imagens de bombas de napalm, com o objetivo de mostrar que não existe como confundir uma embalagem de herbicida com uma bomba de aviação e que não havia a inscrição do fabricante na bomba empregada pela FAB. Também foram anexadas imagens de explosões de bomba napalm, com o objetivo de deixar claro que pouca coisa resta depois da explosão de uma bomba de napalm.

Sobre a evolução da denúncia de utilização de napalm contra os Waimiri-Atroari para realização e ataque com armas químicas, o gás sarin, faremos uma abordagem sobre as classificações dos agentes empregados na guerra química, avançando até os sintomas provocados pelo gás sarin.

Os agentes de guerra química costumam ser classificados de acordo com a sua atuação nas diversas partes do corpo, havendo variações nessas classificações a depender da fonte.

Segundo o site <https://canaltech.com.br/saude/o-que-sao-armas-quimicas/>, acesso em 09 de março de 2023, existem, basicamente, seis tipos de agentes químicos que podem ser usados como arma. São eles os agentes sufocantes, os agentes vesicantes, os agentes sanguíneos, agentes nervosos e os de controle de multidões.

Em artigo publicado no site <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/lesões-e-envenenamentos/armas-de-aniquilação/considerações-gerais-sobre-agentes-de-guerra-química>, por James M. Madsen, MD, MPH, U.S. Army Medical Research Institute of Chemical Defense (USAMRICD) Avaliação/revisão completa fev 2021, acesso em 09 de março de 2023, "os agentes nervosos (às vezes incorretamente chamados de "gases nervosos") afetam a forma como os nervos transmitem sinais para os músculos e outros nervos. Existem diversos tipos de agentes nervosos": Temos os agentes da série G, os agentes da série V e os agentes da série A.

Os agentes da série G, ou agentes G, incluem GA (tabun), GB (sarin), GD (soman) e GF (ciclosarin). Assim chegamos ao gás sarin, que é o agente

químico que interessa abordar neste momento em consequência da denúncia de utilização desse gás contra indígenas da etnia Waimiri-Atroari no período de construção da BR 174.

À temperatura ambiente, os agentes da série G, incluindo o sarin, são líquidos aquosos que evaporam com facilidade e são perigosos tanto pelo contato com a pele como por inalação ou ingestão pela água ou alimentos contaminados.

Os gases nervosos estimulam as células nervosas no cérebro, pelo que as pessoas ficam agitadas e confusas e podem desenvolver convulsões ou perder a consciência. A estimulação das células nervosas fora do cérebro causa enjoo, vômito e lacrimejamento excessivo, secreções nasais, secreções pulmonares, respiração sibilante, secreções digestivas (como diarreia e vômito) e sudorese. A estimulação das células musculares causa câibras seguido de fraqueza e paralisia. A fraqueza dos músculos respiratórios e a alteração do centro respiratório no cérebro é normalmente a causa de morte.

Com relação à utilização do gás sarin num ataque de armas químicas, consta no site [http://submission.quimicanova.s bq.org.br/qn/qnol/1992/vol15n1/v15\\_n1\\_%20\(9\).pdf](http://submission.quimicanova.s bq.org.br/qn/qnol/1992/vol15n1/v15_n1_%20(9).pdf), acesso em 09 de março de 2023, a seguinte observação: "O sarin é um líquido de volatilidade igual a 12,1 g/m a 25°C. Ele não tem grande ação cutânea, mas apresenta uma dose letal de LD50 – 100 mg.min/ m. Dependendo do vento, as quantidades indicadas para ataque variam de 0,3 a 10 ton/milha<sup>2</sup> de área, o que equivale a 100 a 300 projéteis de artilharia de 155mm". (Uma milha quadrada corresponde a, aproximadamente, 2,5 km<sup>2</sup>).

Segundo o site [https://www.profpc.com.br/armas\\_qu%C3%Admicas.htm#G%C3%81S\\_SARIN](https://www.profpc.com.br/armas_qu%C3%Admicas.htm#G%C3%81S_SARIN), acesso em 09 de março de 2023, "as armas binárias podem ser disparadas utilizando artilharia convencional ou sistemas mais avançados tecnologicamente.

A artilharia convencional tem uma capacidade de precisão relativamente baixa, mesmo com a utilização de modernos sistemas de lançamento, pois uma pequena variação na velocidade ou direção do vento podem enviar a nuvem altamente tóxica para o local de lançamento.

Um dos sistemas mais precisos para entregas de longo alcance são os mísseis de cruzeiro. Este tipo de míssil é extremamente preciso e podem desviar-se de edifícios e outros obstáculos, são também extremamente difíceis de atingir durante o voo.

Outro tipo de distribuição é o bombardeamento a partir de aviões. Com a nova tecnologia este tipo de bombardeamento é extremamente preciso. Neste caso a principal desvantagem é a possibilidade de contágio do piloto".

Merece destaque que o lançamento de sarin a partir de uma plataforma aérea ocorre por meio de bombas ou foguetes lançados de aeronaves de asa fixa, e, ainda assim, existe a possibilidade de contaminação do piloto e

da tripulação. Em hipótese alguma se cogita lançar sarin por meio de espargidores e muito menos a partir de helicópteros.

Pelo exposto, observa-se que a utilização do gás sarin não é tão simples como a denúncia de utilização contra os Waimiri-Atroari faz parecer.

Sem entrar no mérito sobre a não existência de gás sarin nos arsenais das forças armadas, nem de equipamentos adequados para o seu lançamento, basta analisar os sintomas descritos inicialmente por uma suposta exposição a napalm por parte dos Waimiri-Atroari, evoluindo para outro tipo de manifestações relacionadas a acusações diversas, também sem sentido.

Nada do que foi descrito nas denúncias se assemelha aos sintomas de contaminação pelo gás sarin, principalmente no que se relaciona com o total descontrole das funções orgânicas da vítima, que provoca na pessoa contaminada vômito intenso, crises fortes de diarreia e crises de incontinência urinária, tudo ao mesmo tempo. Testemunhar uma pessoa defecando, urinando e vomitando de forma descontrolada não é uma imagem que passe despercebida e estaria entre os primeiros sinais a serem descritos pelas testemunhas.

Além disso, como já visto, a depender do vento, o volume de gás necessário para um ataque a uma área de apenas 2,5 km<sup>2</sup> poderia chegar a 10 toneladas de sarin, não sendo desconsiderados os altos riscos de contaminação para os responsáveis pelo ataque ou para pessoas que estivessem trabalhando nas proximidades da área atacada.

Merece destaque que não foi encontrado nenhum registro de operários ou militares com sintomas de contaminação por sarin. Também não foi encontrado nenhum registro de paralisação das obras, o que certamente teria ocorrido após a realização de um ataque com agente químico.

Reitera-se, também, que este agente químico jamais foi empregado na Força Aérea Brasileira, não havendo, sequer, plataformas ou ferramentas que pudessem ser minimamente adaptadas para este fim, sendo tecnicamente inviável o emprego com aviões ou helicópteros. Destaca-se que a FAB nunca empregou nem possuiu, em momento algum da sua história, depósitos ou estoques de gás sarin.

Diante de todo o exposto, pode-se garantir que as denúncias de utilização de gás sarin contra os Waimiri-Atroari são falsas e que não podem se sustentar à luz de qualquer estudo ou argumentação séria.

Dessa forma, contradizendo os depoimentos e ao relatado no laudo antropológico, no período da construção da BR 174, as aeronaves não possuíam “cor de folha” e tão pouco eram camufladas.

Ademais, alguns dos informantes garantem que helicópteros fizeram uso de agentes químicos contra suas malocas e que simultaneamente uma tropa a pé, sem qualquer proteção, invadiu as aldeias para eliminar os sobreviventes, sem levar em conta o efeito residual que o produto usado como arma química provocaria em seus organismos. No Vietnã, onde o agente laranja foi empregado, o efeito residual do produto usado como arma química só se extinguiu em 40 anos. Os esporos do antraz, por exemplo, podem apresentar uma sobrevida de até 200 anos. Nenhum dos informantes afirmaram, porém,



que a tropa terrestre fazia uso de máscaras protetoras. De acordo com os relatos e a idade de cada um dos informantes pode-se deduzir que os supostos fatos teriam ocorrido logo após o massacre da Expedição Calleri.

De acordo com o Ofício em anexo, do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Exército brasileiro, acerca das alegações:

Pelos registros oficiais de domínio público, o Brasil nunca teve em seu território qualquer atividade envolvendo desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, retenção, transferência e uso de armas químicas para fins bélicos em toda a sua trajetória como nação. Dos 190 países signatários da CPAQ, apenas os Estados Unidos da América, a Índia, o Iraque, o Japão, a Líbia, a Rússia e a Síria declararam estoques, concordaram com a destruição monitorada de seus arsenais. Todos os países signatários são sujeitos a se submeterem a atividades de verificação da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), em casos de alegação do uso de armas químicas com objetivos militares, ou mesmo, contra a população civil ainda que colateralmente. Entre os países que não fazem parte da CPAQ, Israel e Coreia Norte, conhecidamente, possuem capacidades ofensivas não declaradas de guerra química. Quanto ao Brasil não foi declarado, em nenhum momento, a existência de estoque de material desse tipo, seja em instalações das Forças Armadas ou outros órgãos governamentais, para fins de destruição.

Foram feitas ainda consultas à bases de dados internacionais sobre o tema. Cabe ressaltar que de acordo com as informações extraídas e analisadas no “Global Terrorism Database” ([www.start.umd.edu/gtd](http://www.start.umd.edu/gtd)), um banco de dados de código aberto hospedado pela Universidade de Maryland nos Estados Unidos da América contendo informações sobre eventos com agentes de guerra química em todo o mundo de 1970 a 2020, foi encontrado um único registro de ataque químico no Brasil se tratando de um possível ato terrorista, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais), sem nenhuma vítima.

Outrossim, ao ser ouvido em 27 de fevereiro de 2019, o informante Baré Bernaldo Waimiri relatou *“tem umas pessoas aí com a mesma farda, é essa farda que eles tinha naquele tempo [...] O uniforme todo pintado, como uma folha [camuflagem]”*. No entanto, de acordo com o Regulamento de Uniforme do Pessoal do Exército – Decreto Nr 30.163, de 13 de novembro de 1951 e o Regulamento de Uniformes do Exército - Decreto Nr 67.042, de 12 de agosto de 1970, ambos em anexo, os uniformes pouco se assemelhavam aos atuais, que possuem a estampa “camuflada”, pois conforme os referidos regulamentos eram verde-oliva escuro, no período da construção da BR 174.

Ademais, importante destacar o depoimento, em 9 de dezembro de 2019, da testemunha do Ministério Público Federal, o Coronel Lauro Augusto Andrade Pastor, o qual declarou que o uniforme da época da construção da BR 174 era verde oliva claro e que o atual (camuflado) foi adotado pelo Exército Brasileiro a partir de 1982, bem como destacou que o Exército Brasileiro guia-se pelas orientações de Marechal Rondon “Morrer se preciso for, matar nunca”.



## QUESITO 8. 1º Batalhão de Infantaria de Selva e Ataques Aéreos

O quesito e os seus subitens foram aqui reunidos no intuito de esclarecer e fornecer uma resposta mais completo a respeito.

Assim, em oposição ao narrado pelo perito judicial e pelas pesquisas de Stephen Baines, no que tange aos exercícios realizados pelo 1º BIS, foram realizadas inquirições de militares que serviram na época da construção da BR 174. Primeiramente, foi realizada a inquirição do Cap Eng Telmo Travassos de Azambuja, em 29 de agosto de 2022, o qual se manifestou no seguinte sentido:

**Pergunta:** o Sr. serviu no 6º Batalhão de Engenharia de Construção [6º BEC] em que período?

**Resposta:** Eu servi em 1976 e 1977. Para ser mais preciso, oficialmente eu entrei no dia 2 de março de 1976, saindo do CPOR de Recife, onde ajudei a formar 4 turmas de Oficiais da Reserva, e sai dia 17 de fevereiro de 1978. Eu falo de 1976 e 1977 porque, na verdade, no final do ano, eu me preparava para viajar.

**Pergunta:** o Sr. participou da construção da BR-174, caso positivo qual sua função e em que período?

**Resposta:** Logo que eu cheguei, fui destacado para o Destacamento Norte, responsável pela construção da BR-174 no sentido Caracará-Manaus. O Destacamento Sul era ao contrário Manaus-Caracará. Mal cheguei já fui para a Selva e lá fiquei até fechamento da estrada.  
[...]

**Pergunta:** o Sr. pode apontar quais foram as alterações na rotina dos trabalhadores do 6º BEC após a chegada do 1º BIS?

**Resposta:** A rotina era de 24 horas de trabalho por dia. Os que trabalhavam de dia dormiam à noite e vice-versa, era um trabalho incessante e a rotina era de tero cuidado de não entrar na mata e qualquer visão de índios avisarem-nos para que contactássemos a FUNAI, não reagir nem nada. Nosso centro de atenção, pois, era a construção da estrada.

**Pergunta:** o Sr. em alguma oportunidade viu ou ouviu supostas rajadas de metralhadora ou a explosão de dinamite para afugentar os nativos? Caso positivo, presenciou ou apenas ouviu à distância ruídos que se assemelhavam a disparos e explosões, qual a frequência destes eventos, teve a oportunidade de identificar quem eram os autores e como se vestiam?

**Resposta:** Não, nunca aconteceu isso, nunca ouvi nada disso, mesmo porque não havia este tipo de armamento no local. Nós, militares da arma de engenharia, éramos concentrados na construção. Eventualmente tínhamos a tradição de levar as pistolas, uma faca, algo assim porque o ambiente era hostil de animais e tudo mais. Mas não tinha armamento pesado, metralhadora, nem fuzis, isto é, de uso militar, o FAL e coisas assim são fantasia.

**Pergunta:** o Senhor em alguma oportunidade viu índios serem transportados por caminhões do Exército?

**Resposta:** Nunca.

**Pergunta:** o Senhor notou, neste período, o sobrevoo de aeronaves militares sobre a área, além dos aviões da FUNAI ou do 6ºBEC?

**Resposta:** Não, os únicos aviões que vieram foram os aviões que nós usávamos um Seneca e outro monomotor para o transporte de Boa Vista até o acampamento e, às vezes, do acampamento até Manaus. Era a única forma de trajeto que nós tínhamos. Estes eram os aviões que nós usávamos, nenhum outro avião eu vipassar por lá.

Corroborando com o narrado pelo Cap Eng Telmo Travassos de Azambuja, o Ten Cel Inf Walter Chiarato foi inquirido em 30 de agosto de 2022:

**Pergunta:** o Sr. em alguma oportunidade teve de lançar mão de rajadas de metralhadora ou a explosão de dinamite para afugentar os nativos?

**Resposta:** Não, eu tive contatos duas vezes com eles, na primeira e a segunda vez, que foi motivada por já ter a certeza de haver este contato. Da primeira vez foi um contato fortuito e eles não apareciam na picada, quando eles tinham de aparecer eles apareciam na estrada e iam ao Posto da FUNAI que era montado ao longo da estrada. No desmatamento não tinha Posto da FUNAI no meio do mato era na estrada mesmo onde era montado um Posto da FUNAI e ele era deslocado conforme se avançava a estrada. A terraplanagem, o desmatamento também se deslocavam mais próximos às picadas. Então não foi necessário realizar nenhuma rajada nem nada e a nossa missão era de segurança, não era de atacar nem afugentar nem nada. Eu particularmente não, nem quando eles chegaram da primeira vez até a estrada, em novembro de 1975, nós tivemos um contato com eles que apareceram fortuitamente com mulheres crianças, tudo, no Posto da FUNAI. Aí nós tivemos um contato com eles.

**Pergunta:** O Sr. em alguma oportunidade viu índios mortos serem transportados por caminhões do Exército?

**Resposta:** Não. Nem mortos nem transportados em caminhões.

**Pergunta:** o Sr. notou, neste período, o sobrevoo de alguma aeronave militar sobre a área, além do avião da FUNAI e do 6º BEC?

**Resposta:** Não, nem uma aeronave, nem militar nem civil, nem da FUNAI, não teve sobrevoo de aeronave nesta época lá.

[...]

**Pergunta:** o Sr. poderia relatar qual a orientação recebida do escalão superior em relação aos Waimiri- Atroari?

**Resposta:** Era para fazer a segurança na região do deslocamento da trilha e não se afastar dela não perseguir nem nada é fazer a defesa caso fosse atacado, mas não teve esse caso, era segurança ao longo da trilha, essa segurança se baseava, dependendo da visibilidade da selva, em torno de 50 m mais ou menos, menos que isso talvez, mais que isso dependendo da vegetação, então nós não saímos do eixo da trilha, vamos dizer assim, do traçado da trilha que seria em torno de 50 m mais ou menos

devido a visibilidade do pessoal que trabalhava também, era apenas segurança nada de ação de combate era a segurança do pessoal.

**Pergunta:** o Sr. gostaria de acrescentar mais algum comentário?

**Resposta:** [...] Chamei o Comprido, tem até uma foto com ele, conversei com ele, o abracei, tudo direitinho, conversamos e mandei buscar panelas o que tinha lá pra entregar para este índio que estava brabo e para o Comprido fiz uma troca com ele, acabei dando meu relógio pra ele e peguei, em troca, dois arcos e umas 5 ou 6 flechas, cobrei caro o relógio, mas ele deu tudo numa boa sem problema algum. [...]



Tenente W. Chiarato e Comprido, novembro de 1975.

Na foto acima, constam o então Tenente Walter Chiarato e o indígena “Comprido”, o maior líder indígena da época, contradizendo quaisquer informações de supostos ataques por parte dos militares que certamente teriam provocado extremo rancor e nenhuma demonstração de cordialidade.

*W.M.*

Ato contínuo, o Cel Eng Zauri Tiaraju Ferreira de Castro, assim se manifestou em seu depoimento, em 30 de agosto de 2022:

**Pergunta:** o Sr. pode apontar quais foram as alterações na rotina dos trabalhadores do 6° BEC após a chegada do 1° BIS?

**Resposta:** as alterações foram muitas e atrapalhavam e prejudicavam o serviço de construção da BR-174 porque principalmente os funcionários civis, nós tínhamos cerca de 400 funcionários, principalmente os funcionários civis do 6° BEC. Deste tempo em diante, que lá permaneci, eles temiam se deslocar sozinhos, por exemplo, um mecânico que ia concertar uma máquina, um electricista, um funcionário, um lubrificador, um operador de máquina isolada, o patroleiro do revestimento, esse pessoal não queria patrolar sozinho eles tinham medo – esses índios vão me matar –, então era obrigado a ter em cada equipe dessas um ou dois soldados do 1° BIS armados acompanhando, houve um prejuízo muito grande na rotina e inclusive o serviço ficou paralisado por alguns meses.

**Pergunta:** o Sr. em alguma oportunidade viu ou ouviu supostas rajadas de metralhadora ou a explosão de dinamite para afugentar os nativos? Caso positivo, presenciou ou apenas ouviu à distância ruídos que se assemelhavam a disparos e explosões, qual a frequência destes eventos, teve a oportunidade de identificar quem eram os autores dos mesmos?

**Resposta:** algum tiro houve, quando se desconfiava de algum movimento diferente, alguns tiros para o ar, mas nenhum tiro, por exemplo, pelo pessoal do 1° BIS, o pessoal do BIS tinha a munição mais ou menos contada e o cara que está no mato, vamos dizer assim, pronto para combater uma guerrilha, não vai querer gastar a munição dele à toa e arriscar ao ser atacado não ter mais munição e nós do Batalhão não tínhamos quase munição nenhuma, nós tínhamos um mosquefal velho e umas carabinas 7.65, se não me engano, ou 5.63, não me lembro mais do calibre, que aquilo era usado como uma bengala para algum deslocamento. Alguns funcionários do Batalhão que já tinham prestado serviço militar foram transformados, também, em vigilantes e seguranças das nossas equipes. Houve algum tiro sim Hiram, mas não maciçamente e não em direção à mata, algum tiro de advertência, de alerta eu sei que houve.

**Pergunta:** o Sr. em alguma oportunidade viu índios mortos serem transportados por caminhões do Exército?

**Resposta:** nunca. Nunca vi e nunca ouvi índio morto de jeito nenhum, até porque não era interesse nosso matar os índios, nós sabíamos que se matássemos um os outros poderiam vir e não era nossa intenção e nem da nossa índole, a nossa preocupação era a construção da estrada e havia sempre um respeito muito grande pelas recomendações e da política da FUNAI. Havia uma convivência muito boa entre nós, os executores das obras e o pessoal do Posto da FUNAI que não era diretivo e sim executor do serviço deles, nós, inclusive, apoiávamos esse pessoal constantemente. Nunca houve, de jeito nenhum.

[...]



**Pergunta:** o Sr. presenciou algum suposto ato hostil por parte dos trabalhadores em relação aos WA?

**Resposta:** nenhum, inclusive no tempo em que estive lá, o pessoal tinha certo medo dos índios, certo receio de enfrentar os índios. Porque a maioria do pessoal que ali trabalhavam eram maranhenses, pessoal nordestino, e esse pessoal tinha medo de enfrentar os índios, e mais, durante o tempo que permaneci lá houve um contato amistoso depois desse massacre bem na frente de serviço, senão me engano na equipe de desmatamento ou revestimento primário em que um ou dois índios embarcaram numa patrôla (numa motoniveladora) e o operador da patrôla quase morreu de medo, mas depois viu que não havia intenção de matá-lo e andou com os índios na patrôla.

No mesmo sentido, o ST Luiz Mário Severo Ávila em seu depoimento no dia 1º de setembro de 2022, assim declarou:

**Pergunta:** o Sr. serviu, trabalhou ou prestou serviço no 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) em que período?

**Resposta:** eu pedi transferência para o 6º BEC por conclusão do meu curso na ESA em 1969, e cheguei a Boa Vista nos primeiros dias de 1970 (em janeiro) e permanecendo no 6º BEC até abril de 1982. Retornando, novamente, ao 6º BEC em 1987 permanecendo no 6º BEC até outubro de 1994.

**Pergunta:** o Sr. após estes massacres observou mais alguma atividade hostil por parte dos nativos?

**Resposta:** os Waimiri e Atroari nunca tiveram alguma..., sempre nos trataram com gentileza e com harmonia nunca houve desarmonia com os militares. Houve uma preocupação após estes massacres em função do nosso contingente militar que trabalhava no local.

**Pergunta:** o Sr. pode apontar quais foram as alterações na rotina dos trabalhadores do 6º BEC após a chegada do 1º BIS?

**Resposta:** o pelotão do 1º BIS foi para proteger e resguardar o nosso material e equipamento. Houve uma paralisação temporária e logo em seguida, um ou dois meses depois, as atividades voltaram ao normal sem nenhuma alteração.

**Pergunta:** o Sr. em alguma oportunidade viu ou ouviu supostas rajadas de metralhadora ou a explosão de dinamite para afugentar os nativos? Caso positivo, presenciou ou apenas ouviu à distância ruídos que se assemelhavam a disparos e explosões, qual a frequência destes eventos, teve a oportunidade de identificar quem eram os autores e como se vestiam?

**Resposta:** durante minhas idas, que eram constantes ao trecho, nunca ouvi falar que tivesse acontecido algum tipo destes incidentes.

[...]

**Pergunta:** o Sr. presenciou algum suposto ato hostil por parte dos trabalhadores em relação aos Waimiri- Atroari?



**Resposta:** nenhum ato hostil houve de nossa parte ou da parte de nossos funcionários, todo pessoal foi sempre bem tratado e houve sempre um bom relacionamento tanto por parte dos militares como dos civis.

**Pergunta:** o Sr. poderia relatar qual a orientação dos comandantes das frentes de trabalho em relação aos Waimiri-Atroari?

**Resposta:** procurar evitar o contato com os índios e sempre que eles apareciam nos nossos acampamentos eram tratados como uma pessoa igual à gente, eram tratados com todo o respeito, nunca houve nenhuma interferência na vida ou em outras atividades.

#### QUESITO 10. Os Waimiri-Atroari e a construção da BR- 174

De acordo com os depoimentos citados no presente quesito, os quais em síntese afirmavam: Dawna Elzo “[...] Foi um veneno que jogava na maloca. E tiros também [...] [O veneno] Era invisível, fazia barulho”; Bare Bornaldo “Foi ataque terrestre e por cima, de helicóptero. Jogava veneno em cima da maloca. Causava tonteira, febre, corpo [ficava] estranho [...]”; e quanto ao descrito pelo antropólogo de que possivelmente teriam sido utilizado o “Gás VX” foi consultado o Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Exército Brasileiro, em anexo, o qual se manifestou:

Quanto ao terceiro questionamento suscitado, que pergunta quais os efeitos colaterais no ser humano e na vegetação do gás VX, se é líquido ou não, se é inodor ou não, e como se dá a sua utilização e permissão, por questões didáticas, faz-se a seguinte divisão:

1) Sobre os efeitos colaterais no ser humano: analogamente o VX é também uma arma química neurotóxica, o que significa que atinge o impulso nervoso do cérebro (as sinapses), tendo esse mesmo efeito em todos os mamíferos, levando, rapidamente, ao óbito, caracterizando-se como letal.

2) Acerca de efeitos colaterais na vegetação: não tem efeito aparente na vegetação.

3) Se é líquido ou não: trata-se de um líquido a temperatura ambiente, incolor e volátil mas não inflamável. É considerado um líquido persistente já que seu ponto de ebulição de 298 °C e, dessa forma, permanece por um determinado ambiente deixando evidência de sua utilização por alguns dias dependendo das condições meteorológicas.

4) Quanto à forma de sua utilização: também pode ser empregado em forma de gás, aerossol ou líquido. No entanto, devido ao fato de ser esse um líquido persistente, sua liberação foi projetada para ser feita através do uso de bombas e explosivos dado que a energia envolvida nesse tipo de artefato permite um melhor espalhamento para atingir um determinado alvo desejado.

5) Quanto a permissão: da mesma forma que o supramencionado para o Sarin, o VX é também um agente de guerra química listado no Anexo 1 da CPAQ enquadrado como composto da lista 1 (nenhum uso pacífico conhecido). Aplica-se portanto as mesmas proibições na legislação citadas acima.

Ademais, caso os militares tivessem em algum momento utilizado armas químicas contra os indígenas, não seria possível que os trabalhos da construção continuassem. Assim é importante destacar que não constam em nenhuma narrativa juntada aos autos que os militares em algum momento paralisaram as obras da BR 174, em virtude da utilização de armas químicas. Nesse sentido, destaca-se mais uma vez o narrado pelo Instituto QBRN:

Sobre o questionamento se é possível que os militares continuassem os trabalhos da construção da BR 174, logo após os supostos lançamentos de armas químicas: atividades envolvendo armas químicas devem ser conduzidas por militares altamente treinados para que seja mantida a segurança, e garantidas as condições de vida e de saúde dos indivíduos potencialmente expostos. Cabe ressaltar também que, para ações em defesa química, são necessários recursos específicos (roupas de proteção, equipamentos de detecção, medidas de descontaminação, etc) para garantir que a tropa se mantenha segura. Em face do exposto, verifica-se que os indícios apontam para que tropas não especializadas, como as trabalhando em obras, não possuíssem no passado, assim como não possuem no presente, pessoal especializado ou equipamentos específicos para ações ofensivas em guerra química, já que, até para a defesa química os recursos existentes, mesmo na atualidade, são limitados. Por tudo isso, é pouco provável que, em um suposto uso de armas químicas por militares envolvidos em atividades de construção (BR 174), estes não fossem afetados pelos agentes e pudessem voltar aos trabalhos.

A doutrina militar das Forças Armadas nunca previu a fabricação ou uso ofensivo de Agentes Químicos, Bacteriológicos, Radiológicos ou Nucleares. O Sistema de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) no âmbito das Forças Armadas é apenas defensivo e faz parte de uma política nacional de prevenção, contenção e medidas contra armas químicas e biológicas.

Ademais, não há qualquer registro da existência de armas químicas ou estoque das mesmas, sob a responsabilidade das Forças Armadas durante a década de 70.

O poder letal desses agentes químicos deixou um rastro de horrores e destruição, que jamais serão esquecidos, na história, como a 1ª Guerra Mundial (1914/19), Alemanha Nazista (1933/45), Massacre de Halabja (1988), Crise dos Reféns em Dubrovka (2002) e o Ataque Químico de Ghouta (2013).

Nenhum efeito residual foi verificado nestas populações indígenas após o suposto lançamento de agentes químicos no Território Waimiri-Atroari. Muito diferente do que se verifica, ainda hoje, com os vietnamitas que foram vítimas do emprego deste tipo de armamento durante a Guerra do Vietnã que ocorreu no período de 1959 e 1975.

Nesse sentido, publicou a BBC NEWS em 10 de setembro de 2013<sup>14</sup>:

---

<sup>14</sup> Waimiri-atroari: vítimas da ditadura militar. Mais um caso para a Comissão da Verdade. Entrevista especial com Egidio Schwade. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508652-waimiri-atroari-desaparecidos-politicos-entrevista-especial-com-egidio-schwade>. Acesso em 3 mar. 23.

Quase 40 anos depois de seu fim, a Guerra do Vietnã continua fazendo vítimas. Muitas crianças nascem no país com malformação congênita, resultado da contaminação que o país sofreu por agente laranja. A substância química foi jogada por Forças Americanas no solo para destruir plantações agrícolas e desfolhar florestas usadas como esconderijo pelos inimigos, mas acabou causando danos e contaminação que duram até hoje. A Cruz Vermelha diz que 150 mil casos de malformação congênita estão ligados à substância. Os Estados Unidos contestam esses números. O programa “*Inside Out*”, da BBC, acompanhou o trabalho de uma equipe de cirurgiões de Londres que foram para a região de Da Nang realizar plásticas em crianças que ainda hoje nascem com defeitos decorrentes do químico.

A respeito das consequências de utilização de armas químicas, o DW<sup>15</sup> publicou em uma reportagem de 10 de setembro de 2013:

#### **Agente Laranja: o Legado Fatídico dos EUA no Vietnã 30 de abril de 2015**

Durante dez anos, Força Aérea americana bombardeou o país asiático com toxinas poderosas. Seus efeitos vão de câncer a malformações físicas e mentais, mesmo 40 anos após o fim da guerra.

[...] Exatos 40 anos após o fim da guerra que, calcula-se, matou 3 milhões de pessoas, as questões relativas à potência e alcance dessa substância tóxica seguem em aberto. E são cada vez mais difíceis de responder, à medida que nascem no Vietnã uma segunda e, agora, uma terceira geração de crianças apresentando alta incidência de deficiências como síndrome de Down, paralisia cerebral e desfiguração facial extrema.

É interessante verificar que os organismos internacionais não citam, em nenhum de seus relatórios, o hipotético massacre com armas químicas aos 2.650 (dois mil, seiscentos e cinquenta) Waimiri-Atroari nem as sequelas físicas decorrentes destes agentes químicos. No que tange ao referente assunto, o Cel Av Renato Meirelles, declarou em seu depoimento, em 1º de setembro de 2022:

**Pergunta:** qual a sua experiência em helicópteros e aviões da FAB?

**Resposta:** de helicópteros eu tenho um total de 3.000 horas de voo, sendo que 1.500 horas neste tipo de aeronave que foi trazida ao assunto, UH-1D/H, eu sou qualificado como Instrutor nesse equipamento. Se acrescentar a minha experiência acumulada também em aviões, perto das 7.000 horas totais.

**Pergunta:** o helicóptero, como plataforma de emprego de armamento, é usado para Lançamento de Bombas?

**Resposta:** vamos ressaltar o seguinte, os helicópteros que a FAB comprou, adquiridos em 1967, eram do modelo UH-1D, e foram destinados para a

---

<sup>15</sup> Agente laranja: o legado fatídico dos EUA no Vietnã. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/agente-laranja-o-legado-fat%C3%ADico-dos-eua-no-vietn%C3%A3/a-18421288>. Acesso em: 3 mar. 2023.

Busca e Salvamento <sup>(16)</sup> e outra parte foi destinada também para Instrução e Emprego. Como emprego a gente entende o uso do helicóptero ou da aeronave como uma plataforma de armas. Na FAB, os helicópteros foram armados com metralhadoras frontais e laterais e com lançadores de foguetes, também frontais. Nunca se firmou Doutrina de uso do helicóptero como plataforma para lançamento de bombas. Este emprego de lançar bombas era exclusivo para aeronaves de asa fixa.

**Pergunta:** a FAB utiliza uniforme camuflado para seus aeronavegantes?

**Resposta:** não. No ano que houve inclusive essa Operação de Resgate da Expedição Calleri o uniforme padrão que a FAB usava era macacão de voo azul-marinho, era um azul-escuro. O uniforme camuflado para uso da tropa foi adotado por volta da década de 80 e os aeronavegantes não usavam macacão camuflado e, aliás, não usavam e não usam até hoje. [...]

**Pergunta:** qual a autonomia do helicóptero UH1H?

**Resposta:** o UH1H tinha uma autonomia com seus tanques internos de duas horas e quarenta, e ele tem um alcance da ordem de 510 km. Ele dispõe de tanques auxiliares para poder fazer traslados em etapas mais longas, o que aumenta bastante a autonomia dele, mas só que penaliza a carga-paga, o quanto pode embarcar, então bota querosene e fica a carga no chão ou o passageiro. Essas são as opções que nós temos.

**Pergunta:** por que na operação de resgate da expedição do Padre Calleri foi montada uma base de apoio em Moura?

**Resposta:** por uma razão bastante simples, o helicóptero ao decolar tem, com os tanques internos, a capacidade de ir até o destino e regressar. A partir de Moura a distância aproximada era da ordem de 150 km para se chegar à região que tinha fazer o atendimento, então ele tinha condições de sair, partindo de Moura, ir até a área e regressar sem necessidade de reabastecimento. Se partisse de Manaus, a distância só na perna de ida seria de 275 km, o que obrigaria a reabastecer em algum ponto, algum lugar, por isso é que fizeram uma base em Moura exatamente para não sacrificar tanto a missão.

**Pergunta:** o Exército tinha este modelo de helicóptero nesse período?

**Resposta:** não, o Exército Brasileiro na realidade reativou a sua Aviação somente no final da década de 80 e jamais operou com este modelo de helicóptero.

**Pergunta:** o Sr. tomou conhecimento de alguma operação aérea com o objetivo de exterminar os Waimiri-Atroari?

**Resposta:** em toda a minha carreira na Força Aérea eu nunca ouvi falar de qualquer coisa a respeito ao contrário a nossa experiência foi sempre de companheirismo e buscar a aproximação com os índios de forma pacífica, cordial e por onde nós passamos sempre deixamos esta máxima haja vista que por diversas vezes eu tive a oportunidade congraçar com índios, não desse grupo, mas de outros, e sempre foi uma coisa pacífica.

Nós sempre nos pautamos por aquele lema do insigne Marechal Rondon: "Morrer, se preciso for; matar, nunca". Então mantínhamos esta conduta.

---

<sup>16</sup> SAR – Search and Rescue. (Hiram Reis)

**Pergunta:** o Sr. teria mais alguma coisa a acrescentar à sua oitiva?

**Resposta:** apenas a minha surpresa de saber de aparecer uma narrativa como essa acusando as nossas Forças Armadas de participar de algo assim tenebroso, não é. Foge por completo de nossa característica, a família militar nunca, nunca se envolveu nesse tipo de atrocidades, não é da nossa inclinação fazer isso aí. Eu fui tomado de surpresa quando soube disso aí. É tudo que eu teria para relatar.

Por fim, importante destacar o mais conhecido acidente nuclear ocorrido no Brasil, em setembro de 1987 em Goiânia, ocorreu devido ao manuseio indevido de um aparelho de radioterapia abandonado, o qual envolveu direta e indiretamente centenas de pessoas, de acordo com o publicado pela Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás<sup>17</sup>:

No total, foram monitoradas 112.800 pessoas, das quais 249 apresentaram significativa contaminação interna e/ou externa, sendo que em 120 delas a contaminação era apenas em roupas e calçados, e as mesmas foram liberadas após a descontaminação. As outras 129 passaram a receber acompanhamento médico regular. Destas, 79 com contaminação externa receberam tratamento ambulatorial; dos outros 50 radioacidentados com contaminação interna, 30 foram assistidos em albergues em semi-isolamento, e 20 foram encaminhados ao Hospital Geral de Goiânia; destes últimos, 14 em estado grave foram transferidos para o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, onde quatro deles foram a óbito, oito desenvolveram a Síndrome Aguda da Radiação – SAR-, 14 apresentaram falência de medula óssea e 01 sofreu amputação do antebraço. No total, 28 pessoas desenvolveram em maior ou menor intensidade, a Síndrome Cutânea da Radiação (as lesões cutâneas também eram ditas “radiodermites”). Os casos de óbito ocorreram cerca de 04 a 05 semanas após a exposição ao material radioativo, devido a complicações esperadas da SAR – hemorragia (02 pacientes) e infecção generalizada (02 pacientes).

Assim, caso realmente tivessem sido utilizadas armas químicas no período da construção da BR-174 até os dias atuais possível observar os efeitos colaterais na população Waimiri-Atroari.

#### **QUESITO 11. Celso Maia**

Em contraposição ao narrado no quesito 11, acerca de Celso Maia, destaca-se o publicado nos jornais da época:

**Diário da Noite, nº 14.480 – São Paulo, SP, Terça-Feira, 06.02.1973<sup>18</sup>**

---

<sup>17</sup> História do Césio 137 em Goiânia. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/cesio137goiania/historia>. Acesso em 24 mar. 23.

<sup>18</sup> Preso nega ser o causador da fúria dos índios “Waimiri”. Diário da Noite, São Paulo, Nr 14.480. 6 fev. 73. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961\\_05&pesq=waimiri&hf=bndigital.bn.br&pagfis=21815](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961_05&pesq=waimiri&hf=bndigital.bn.br&pagfis=21815). Acesso em 20 mar. 23.



Preso Nega Ser O Causador Da Fúria Dos Índios “Waimiri”- O indivíduo Celso Maia, acusado de ter sido o causador da fúria dos índios “Waimiri” contra brancos na área da rodovia Manaus-Caracarái, foi preso pela Polícia Federal em Manaus, atendendo à solicitação da FUNAI. Celso negou as acusações, dizendo-se amigo dos silvícolas, e **atribuindo as causas do ataque “Waimiri” às atividades das próprias vítimas.** (Diário da Noite, nº 14.480)

**Jornal do Comércio, nº 21.205 – Manaus, AM, Quinta-Feira, 15.02.1973<sup>19</sup>** Desincumbindo-se dessa tarefa foi que Celso Maia manteve, **em duas oportunidades apenas**, contatos casuais com grupos de Atroari, em companhia de seu auxiliar Pedro Leandro. **Ambos os contatos, porque se verificaram no acampamento da turma de desmatamento, à margem do Alalaú, ou em suas proximidades, foram testemunhados por um número considerável de pessoas, que são unânimes em afirmar quanto às manifestações de alegria e consideração dos indígenas para com Celso Maia.** Chamando-o, mesmo, repetidamente, de “*Papai Maia*”. Há, pois, abundante e indubitável comprovação testemunhal da boa acolhida dada pelos indígenas a Celso Maia.

Já a versão que tem sido difundida, de que aquele cidadão teria praticado atos ofensivos aos costumes indígenas e por isso atraído seu ódio, carece totalmente de testemunhas oculares e peca pela inaceitabilidade da história fantástica de um homem que, quase sozinho, teve a inacreditável coragem e audácia de ofender os Atroari em suas próprias malocas, retirando-se, após, impune e ileso. (Jornal do Comércio, nº 21.205)

O Relatório de Gilberto Figueiredo, de janeiro de 1974, reforça o argumento de Celso Maia publicado anteriormente neste mesmo capítulo: “Celso negou as acusações, dizendo-se amigo dos silvícolas, e **atribuindo as causas do ataque “Waimiri” às atividades das próprias vítimas**”. (Diário da Noite, nº 14.480)

Vejamos, então, o conteúdo do Relatório de Gilberto Figueiredo, publicado na Petição Inicial às páginas 51 e 52 e no Anexo 5 da mesma.

Dia 16, às 07h00, saímos e às 12h20 chegamos ao PIA Santo Antônio do Abonari; **tomamos conhecimento, então, de diversas irregularidades ocorridas naquela unidade administrativa, como a descida para Manaus dos Srs. Bernardo B. Gana e Fernando Lopes de Souza, sem autorização; o Sr. Romulado, que demonstrara ser bastante razoável e equilibrado, acabou demonstrando a sua verdadeira conduta, tomando o álcool da farmácia do Posto e instigando os companheiros a fazerem o mesmo ato; mais grave ainda, foi seu gesto de encher sua maleta com materiais diversos do depósito, tais como revólver, anzóis, camisa e calções. Quanto ao Sr. Cristiano Magalhães de Albuquerque, esteve intranquilizando os**

---

<sup>19</sup> Ministério do Exército- Comando Militar da Amazônia - 2º Grupamento de Engenharia de Construção – Nota Oficial. Jornal do Comércio, Manaus, Nr 21.205. 15 fev. 73. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054\\_1973\\_21205.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1973_21205.pdf). Acesso em 20 mar. 23.



**companheiros devido ao seu comportamento junto aos índios quando de suas visitas;** a situação era tão séria que fomos obrigados a solicitar a presença do Chefe do Setor Administrativo da 1º DR, Sr. José Porfírio F. de Carvalho, a fim de que o mesmo tomasse conhecimento “*in loco*” de tais irregularidades, visto que o rádio parecia-nos bastante impróprio para comunicar estes fatos (...) (**Relatório de Gilberto Figueiredo de janeiro de 1974**)

O próprio Gilberto Figueiredo reconhece a total falta de disciplina e promiscuidade dos funcionários do FUNAI e o MP prefere, mesmo assim, dar ouvidos ao funcionário Luiz Humberto Apolinário Duarte (indígena da etnia Sateré Mawé), único sobrevivente do massacre.

### **QUESITO 17. Incidência de epidemias**

Quanto à incidência de epidemias narradas no quesito 17, é importante destacar que embora desde o século XIX o contato com os “*civilizados*”, hostis ou amigáveis, tenham introduzido doenças desconhecidas na comunidade Waimiri-Atroari, foi no século XX que estes contatos provocaram uma maximização deste índice de epidemias.

Mas, no caso em pauta, observamos nos relatos dos informantes que a maioria dos “*ataques*” aconteceram durante as festas tradicionais tendo como consequência aumento da temperatura corporal e outros sintomas... O Marybá (pronuncia-se Marubá) é uma festa, com a participação de convidados de outras aldeias, em que se promove o “*rito de passagem*”, casamentos e muita bebida e outros eventos e que tem a duração de três dias a uma semana. Edson Tosta (2010, p.11) assim destaca, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo<sup>20</sup>:

[...] O rompimento com a vida infantil é notado imediatamente após o fim da “*bahinja maryba*” (festa de iniciação).

No dia posterior à festa, não seria improvável se deparar com um garoto, com as costas ainda cicatrizando, de terçado na mão, vestindo as largas botas e chapéu de seu pai.

O pequeno se dirigia à floresta dizendo que iria trabalhar. O “*behe*” marca uma passagem radical na vida do menino Waimiri-Atroari, a partir do açoitamento que encerra o ritual de iniciação ele irá se inserir paulatinamente no mundo dos adultos.

A iniciação masculina (*bahinja maryba*) diz Silva <sup>(21)</sup> transforma “um menino que acaba de aprender a falar, em um afortunado caçador (*mati*)”. Arriscaria dizer que o ritual de iniciação transforma um menino que acabou de aprender a falar – quando ainda é considerado “*pirenipá*”, classificação que abrange aproximadamente a idade de um a cinco anos

---

<sup>20</sup> MATAREZIO FILHO, Edson Tosta. **Ritual de iniciação masculina dos Waimiri-Atroari**. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 211. 2010.

<sup>21</sup>Márcio F. da Silva. **Romance de primas e primos- Uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari** – Brasil – Manaus, AM – Editora Valer, 2009.

– num “bahinja-tahapa”, classificação das crianças entre cinco e dez anos, mais ou menos.

Nesta idade, a criança começa a acompanhar seus pais para “começar a aprender”. Antes de se tomar “tahapa”, o garoto ainda estaria em sua infância (bahi’ñeme, “pequeno mesmo”), o “bahinja maryba” marcaria a entrada da criança nesta categoria que se opõe a todas as classificações anteriores. Isto é, a iniciação transformaria o neófito num caçador casadouro, já que a categoria seguinte à “tahapa” é “tahamapa”, que é atingida quando o jovem se casa, independente da idade.

As festas geram também uma espécie de caos nas regras de filiação e casamento estudadas pelos antropólogos, alterando, portanto, as classificações sociais Waimiri-Atroari.

Somam variáveis que não podem ser mensuradas de forma alguma. “Quase perdi minha mulher para aquele homem”, assim se dirigiu um Waimiri-Atroari que voltava de uma festa de criança a Silva. Nas “maryba” os arranjos matrimoniais são traçados para os solteiros e viúvos, a afinidade é atualizada e as alianças políticas reiteradas. Contudo, o risco ressaltado pelo informante de Silva também está presente.

As festas, diz um Waimiri-Atroari a Baines, são “... boas para comer, **beber e namorar...**”, mas não exclusivamente entre os solteiros, elas instauram um certo “relaxamento criterioso entre os casais casados”. Novos arranjos matrimoniais, não raro, se estabelecem após as festividades. [...] (Edson Tosta Matarezio Filho)

O contágio entre os participantes era inevitável, disseminando todos os tipos de doenças transmissíveis para as todas as malocas participantes do evento.

Jornal do Brasil, nº 145 – Rio de Janeiro, RJ

Quarta-Feira, 24.09.1968

FUNAI Detém Chefe Atroari

Temendo Sarampo na Aldeia

Brasília [Sucursal] – O Sertanista Gilberto Pinto está se defrontando com um sério problema: impedir que o Cacique Maruaga dos Atroari regresse de imediato à sua aldeia, pois **pode estar levando doença que dizimará seu povo**. Maruaga esteve recentemente no Posto Indígena Jatapú, onde **quatro crianças se encontram com sarampo**. Se ele ou um dos seus 23 guerreiros retornar à aldeia com o bacilo da doença, os Atroari, cerca de 2 mil, **poderão morrer da doença, que normalmente lhes é fatal**. [...] (Jornal do Brasil, nº 145<sup>22</sup>)

Jornal do Brasil, nº 154 – Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 04.10.1969

FUNAI Encontra Tribo na Fronteira de Roraima  
que Está na Idade da Pedra

---

<sup>22</sup> Funai detém chefe atraori temendo sarampo na aldeia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Nr 145. 24 set. 69. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=141289](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=141289). Acesso em 2 mar. 23.

O empenho em encontrar Maruaga e seus guerreiros era maior porque algumas crianças moradoras nas proximidades do Posto Irmãos Brígia haviam tido sarampo recentemente. Receava o sertanista Gilberto Pinto que algum dos índios pudesse ter contraído sarampo e, regressando à aldeia, contaminasse o seu povo. Mantiveram-se com os índios até constatarem que nenhum deles apanhara a doença. (JORNAL DO BRASIL, N° 154<sup>23</sup>)

**Jornal do Comércio, n° 21.340**  
**Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 29.07.1973**  
**Atroari que Mataram Calleri,**  
**Agora Expulsam Médicos de sua Aldeia**

BRASÍLIA [Meridional] – Por achar que a vacina antigripal aplicada pela equipe de saúde da FUNAI fora a responsável pela morte de quatorze índios, o cacique Maruaga, dos índios Waimiri-Atroari, expulsou os médicos da aldeia, na última semana, quando eles pretendiam aplicar uma nova dose de medicamento. [...] A presença inicial da equipe de saúde da FUNAI dentro da aldeia, – fato raro entre os Atroari, foi permitida pelo cacique, por ter se deixado convencer de que a vacina poderia ajudar a curar os índios da gripe. Entretanto, o medicamento aplicado era contra um resfriado comum e não a gripe Fog (<sup>24</sup>), como ficou constatado depois nos exames laboratoriais. Os médicos voltaram à aldeia, mas foram violentamente expulsos por Maruaga. Nesse intervalo de tempo 14 índios haviam morrido. As autoridades da FUNAI, em Brasília, admitiram o erro. (JORNAL DO COMÉRCIO, N° 21.340)

**Opinião, n° 114 – Rio de Janeiro, RJ, Sexta-Feira, 10.01.1975, Índios – a Morte do “Paizinho” Por que Matam os Waimiri-Atroari**

Muitas vezes, segundo o Sertanista João Américo Peret, o índio mata o branco porque o identifica com estranhas doenças que surgem em sua tribo após os primeiros contatos com a nossa civilização, como a gripe, o sarampo e outras doenças contra as quais não têm anticorpos. Os Waimiri-Atroari, naturalmente, também não escaparam dessa sina: no ano passado um surto de gripe abateu pelo menos 15 deles. [...] (Opinião, n° 114)

Nas minhas visitas à aldeia do Tuxaua Tomás conversávamos longamente sobre o passado dos Waimiri-Atroari e numa destas ocasiões ele me relatou que as doenças começaram a flagelar seu povo desde que seus ancestrais sequestravam as crianças dos “civilizados” massacrados e, mais tarde, com as roupas usadas de balateiros, caçadores e tantos outros que invadiam suas terras e lhes presenteavam com estes produtos.

Encerremos com um pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcante em que ele reportava o que acontecia e ainda acontece atualmente nos rincões nativos:

---

<sup>23</sup> Funai encontra tribo na fronteira de Roraima que está na idade da pedra. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 154, 4 out. 69. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=141803](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=141803). Acesso em 2 mar. 23.

<sup>24</sup>Gripe “Fog”: também conhecida como Gripe Inglesa. (Hiram Reis)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – SEÇÃO I  
ANO XXXVIII – Nº 152 – CAPITAL FEDERAL  
TERÇA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 1983

[...] Os brasileiros são considerados nocivos aos índios, pois podem transmitir-lhes doenças e agredir os seus costumes, inclusive levando-os à prostituição. No entanto, estrangeiros, missionários, geólogos, médicos e outros, entram livremente nas terras indígenas, com a autorização da própria FUNAI, que não os considera capazes de veicular moléstias ou vícios, além de considerá-los superiores aos nossos técnicos brasileiros e de não julgar a pregação de um Deus, que não é o que os índios originalmente aprenderam a amar, como uma destruição de sua cultura e de sua tradição maior. [...] (Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti)



## QUESITOS DA UNIÃO FEDERAL

### QUESITO A-4. Relação estabelecida entre os Waimiri-Atroari e os integrantes do Exército Brasileiro

Acerca do relacionamento dos indígenas com os militares no período da construção da rodovia BR 174 é importante destacar o depoimento do Gen Ex Joaquim Silva e Luna, em 31 de agosto de 2022:

**Pergunta:** o Sr. presenciou ou ouviu falar de algum ato hostil por parte do exército em relação aos Waimiri-Atroari, no período em que lá serviu ou anterior a ele?

**Resposta:** nenhum, e pelo contrário, não só estabelecemos contatos e atividades que exatamente demonstram o contrário, o apreço e o cuidado, que o Exército tinha quando lidava com os Waimiri-Atroari.

**Pergunta:** o Senhor teve algum contato mais direto com os Waimiri-Atroari, depois de lá ter servido?

**Resposta:** tive, durante a minha ida quando fui comandar o Batalhão. Quando servi como Capitão eu não tive contato, porque comandava a 2ª Companhia destacada em Caracaraí, que estava bastante distante de lá, a área de atuação da Companhia não chegava à área dos Waimiri-Atroari, então não tive praticamente contato a não ser quando cruzava pela reserva, mas praticamente nenhum contato direto. Quando voltei como Coronel, uma das minhas primeiras tarefas foi justamente reiniciar um trabalho que já estava paralisado, a quase um ano, do asfaltamento da rodovia e então tivemos quatro reuniões todas elas bastante, não vou dizer amigáveis, porque estávamos discutindo os termos de um compromisso que fora assinado, e em quatro reuniões, um mês depois nós reiniciamos o trabalho com eles e durante os dois anos nosso relacionamento foi sempre amistoso e sempre concordamos naquilo que era tratado, então não tivemos nenhum, nenhum problema, todas as solicitações, feitas na época, foram atendidas. Depois que saí de lá ainda voltei a ter contato com eles, inclusive como Ministro da Defesa, voltei lá, tenho imagens desses contatos que também foram bastante amistosos e até acrescento que se for preciso falar com os Waimiri-Atroari, agora neste momento em que estamos falando, eu consigo falar com eles. Eu tenho o contato deles através do Antônio Carlos e consigo falar com o Mário Parwe porque este contato nunca foi rompido.

**Pergunta:** o Sr. tem algum documento ou fotos que retratem esta interação?

**Resposta:** eu tenho fotografias e tenho condições de encaminhar estas fotos que foram tiradas na época, foram várias fotos, e essas foram de uma jornada <sup>(25)</sup> que durou um dia, onde fui acompanhado de uns

---

<sup>25</sup> O Gen Ex Silva e Luna, então Ministro da Defesa, a pedido do Ministro das Minas e Energia e do Presidente da República, em 2018, foi acompanhado do Comandante Militar da Amazônia, Procurador-Geral da Justiça de Roraima (MPRR), Procurador-Geral da Justiça do Amazonas (MPAM). (Hiram Reis)

Procuradores dos Estados do Amazonas e de Roraima, que participaram apenas como acompanhantes, de uma reunião para tratar exatamente da retomada da colocação de torres de transmissão dentro da faixa de domínio da estrada. A reunião inicialmente, uma discussão nunca começa de maneira afável, mas depois chegamos a um entendimento, assinamos um termo de compromisso que ficou selado e daí para frente retornaram os trabalhos. O impasse que estava acontecendo era porque era feito um pagamento e a partir de um determinado período este pagamento foi reduzido de 60%. Como houve a redução os WA reclamaram disso. Então houve uma retomada, o Ministério das Minas e Energia, na época me pediu para fazer esse contrato juntamente com o próprio Presidente da República. Nós estivemos lá e o contrato foi feito e tenho imagens que demonstram como o nosso contato foi amistoso e amigável.

**Pergunta:** este arranjo que o Sr. fez com a Marinha para conseguir uma lancha com motor de popa e cursos para os WA, poderia nos contar com mais detalhes?

**Resposta:** isso aí já eu tinha saído do Ministério da Defesa e estava presidindo a Itaipu Binacional no Paraná, em um contato do Antônio Carlos ele me perguntou se era possível os WA fazerem estes cursos. Fiz contato com a Capitania na época através do Comando da Marinha e eles concederam o curso, foi realizado o curso e entregues as carteiras, mais tarde foi renovado o curso novamente e, depois disso, eles pediram uma embarcação e nós conseguimos a embarcação inclusive com um acréscimo – colocando um motor de popa, foi feita esta doação também. Temos imagens desta entrega que demonstra um total apreço das Forças Armadas para com os WA, e eles reconhecem isso, tenho documento deles agradecendo e informando que tinham recebido. Detalhe, continuam solicitando esses cursos, não mais por meu intermédio porque eles já criaram um canal com a Marinha e fazem esta solicitação periodicamente à Marinha no estado do Amazonas.

**Pergunta:** o Sr. continua mantendo algum contato com o Mário Parwe?

**Resposta:** eu não mantenho contato por iniciativa minha, mas sempre que eles buscam eu retomo o contato com eles. Semana passada, casualmente, o Antônio Carlos fez um contato só para saber se eu estava bem de saúde e tal e uma mensagem pelo WhatsApp e terminou por aí.

**Pergunta:** o Sr. tem mais uma coisa a acrescentar General à respeito deste imbróglio?

**Pergunta:** eu me lembro que no período que nós estávamos fazendo o asfaltamento da BR-174, já bastante avançado, com mais de um ano, houve uma reunião em que eles pediram para retirar uma pedra onde estava gravada a relação das pessoas que foram mortas nestes incidentes e nós a tiramos, concordamos com eles. Era uma pedra de quase seis toneladas que colocamos em um caminhão com um guincho e ela foi colocada lá no 6° BEC, numa Praça criada para isto denominada Padre Calleri, e hoje está lá, imagino que esteja lá até hoje na Praça onde se encontra a relação das pessoas que morreram neste incidente. Nossa







relação em todos os momentos, com os médicos, com os índios sempre foi muito amigável e amistosa.

Ademais, seguem anexo a este Laudo pericial documentos da Associação Waimiri Atoari agradecendo as doações de embarcações da Marinha do Brasil, a matrícula em cursos oferecidos pela Marinha aos indígenas e a doação de embarcações para a FUNAI, tais documentações comprovam que o bom relacionamento entre os indígenas Waimiri Atoari e os militares.

A seguir, fotos do encontro de lideranças militares e indígenas:



General Joaquim Silva Luna e Mário Parwe

*M.*



General Nardi, Mário Parwe e General Joaquim Silva Luna



Bote de alumínio com motor de popa de 50HP

Ademais, é importante relembrar que a formação do Exército Brasileiro ocorreu em 1648, quando negros, brancos e indígenas se uniram para expulsar os invasores holandeses do território brasileiro, pela primeira vez identificado como Pátria. Naquela ocasião, o indígena Antônio Filipe Camarão, o Poti, da etnia potiguar, comandou os guerreiros de sua tribo para auxiliar na reconquista de Olinda/PE e Recife PE/, além da defesa de Salvador/BA, atacada por Maurício de Nassau. Sempre acompanhado de sua esposa, Clara Camarão, Poti destacou-se nas batalhas de São Lourenço (1636), de Porto Calvo (1637) e de Mata Redonda (1638).

*OM:*

Antônio Filipe Camarão morreu no Arraial Novo do Bom Jesus/PE, em 24 de agosto de 1648, em consequência de ferimentos sofridos no mês anterior, durante a Batalha dos Guararapes. Em reconhecimento à sua bravura, dentre outras homenagens, o Exército Brasileiro denomina a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Natal-RN, como “Brigada Filipe Camarão”.

Os povos indígenas são parte indissociável do Exército Brasileiro que, historicamente, mantém um excelente diálogo com as comunidades de todo o país, permanecendo o vínculo de respeito, amizade e cooperação mútua nas mais longínquas e isoladas regiões, tendo no Marechal Mariano da Silva Rondon o paradigma desse relacionamento.

O Comando Militar da Amazônia mantém um estreito relacionamento com as populações indígenas locais, complementando a estratégia de presença na região, uma vez que mais de 27% (vinte e sete por cento) da sua área de responsabilidade são Terras Indígenas demarcadas e homologadas, totalizando, aproximadamente, 600.000 Km<sup>2</sup> (seiscentos mil quilômetros quadrados).

Marechal Rondon é considerado uma referência do seu tempo, cuja vida se confunde com sua obra a serviço do Brasil. Pode-se definir a história desse militar, geógrafo e sertanista como um exímio negociador político, que liderou expedições científicas, militares e indigenistas, percorrendo os mais remotos rincões do território brasileiro, demarcando limites e, efetivamente, colaborando para a construção da nação. Por esse motivo, sua trajetória é alvo de amplas homenagens, em nomes de cidades e até de um estado da Federação.

Nesse contexto, em suas andanças pelos sertões, Rondon se deparou com os mais diversos povos indígenas, aprendendo a conviver pacificamente com todos e, fruto do seu prestígio junto aos superiores hierárquicos, credenciou-se a manter a paz entre os trabalhadores e a população nativa, cumprindo a sua missão de expandir as linhas telegráficas pelas regiões mais distantes e inóspitas do país.

Dessa forma, demonstrando elevada capacidade de abrandar conflitos, Marechal Rondon contagiou os desbravadores que o acompanhavam, fazendo com que os indígenas percebessem que ali havia pessoas dispostas a cumprir uma meta, sem nenhum interesse em interferir nas suas vidas. E, assim, sem maiores incidentes, foi aberto o caminho para as comunicações terrestres, interligando o Brasil sob o lema: *“o amor como princípio, a ordem como base e o progresso como fim”*.

Durante sua vida, Rondon teve o perfeito entendimento de que estava adentrando não somente na mata, mas na vida dos indígenas. Percebeu que não tinha o direito de violar sua cultura, suas terras, suas crenças. Faria o trabalho a ele destinado, desde que fosse possível respeitar os verdadeiros donos das terras em que se embrenhava. Esse pensamento que deu origem ao seu princípio básico no relacionamento com os indígenas: *“morrer, se preciso for, matar nunca”*. Assim sendo, pode-se dizer que algumas tribos sobrevivem, até hoje, graças às iniciativas do Marechal Rondon.



Recuperando fatos históricos, é lícito afirmar que a atuação de Rondon foi a primeira iniciativa militar para convivência pacífica, proteção e respeito aos povos indígenas. Dessa forma, revelou novas peculiaridades, até então desconhecidas, sobre o desenvolvimento econômico, tecnológico, político, comunicativo e social do Brasil, bem como a constituição de uma nova forma de indigenismo, que, em 1910, fruto das reivindicações de Rondon, culminou na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Com razão, os militares brasileiros orgulham-se do papel que desempenharam, no passado, como elos entre a sociedade nacional envolvente e os povos indígenas do povo brasileiro.

Além disso, indubitavelmente, a principal fonte desse orgulho é a magnífica obra humanística levada a cabo pelo Marechal Rondon em suas arrojadas expedições realizadas nas primeiras décadas do século XX.

Nos dias de hoje, a esses belos exemplos históricos, soma-se a presença dos soldados nos postos mais longínquos e ermos da Amazônia Legal, onde somente as Forças Armadas são capazes de atuar com verdadeira proficiência, não raro, constituindo as únicas representantes legítimas do Estado.

Na década de 1990, a reavaliação estratégica do Exército Brasileiro, realizada ao término da Guerra Fria, contemplou prioritariamente a Região Amazônica. Dentre diversas ações, destacaram-se o significativo incremento do contingente da Força Terrestre estacionado no norte do país, a maior alocação de meios e recursos destinados ao Comando Militar da Amazônia e, sobretudo, a atenção crescente dada ao papel geoestratégico da Amazônia Legal. Tudo isso coincidiu com a efetivação dos direitos dos indígenas assegurada pela OIT 169/1989 (ONU) e a Constituição Federal de 1988. Assim, foi natural que tais acontecimentos tenham gerado necessidade de ajustar o diálogo, a convivência e o relacionamento entre integrantes do Exército Brasileiro e os povos indígenas.

Assim sendo, torna-se evidente que os complexos desafios de defesa da Amazônia impõem bem mais do que a simples “coexistência pacífica” entre soldados e indígenas. Exigem, na verdade, a cooperação mútua, uma vez que o sucesso das operações militares na Região Norte, está diretamente relacionado com o apoio da população local.

O preparo dos soldados para o trato com os povos indígenas fundamenta-se em noções de indigenismo e pela estrita observância dos dispositivos legais vigentes. Com normas de conduta atualizadas, adequadas e eficazes, a tropa estará apta a realizar seu adestramento cultural, imprescindível para assegurar sua proficiência no diversificado ambiente étnico-cultural amazônico.

Nesse sentido, a conduta dos militares do Exército Brasileiro são pautadas em um estreito relacionamento, primado no respeito e na cooperação mútua, com as lideranças indígenas das comunidades existentes no entorno da Organização Militar, a fim de permitir a criação de vínculos e o alcance dos anseios da comunidade indígena.





O Comando Militar da Amazônia (CMA), dentro desse contexto, busca aprimorar essa interação cultural entre militares e indígenas há tempos. Um momento significativo neste aprimoramento foi o seminário denominado “Diálogo de Manaus”, realizado em 19 FEV 03. Durante uma semana, o CMA reuniu lideranças indígenas de toda a Amazônia brasileira em suas dependências para dialogar sobre a relação do Exército Brasileiro com os povos originários, mediando e pacificando eventuais conflitos existentes à época.

O relatório final do “Diálogo de Manaus” foi consolidado na Portaria nº 20, do Estado-Maior do Exército, de 2 ABR 03, que versa sobre a “Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas”, a qual foi estendida para as Forças Armadas, por meio da Portaria Nº 983, do Ministério da Defesa, de 19 OUT 03. Atualmente, a Portaria 020 foi atualizada pela Portaria nº 946, EME/C Ex, de 16 de janeiro de 2023.

Essa atividade reafirmou os laços do Comando Militar da Amazônia com as lideranças indígenas e as suas organizações representativas, consolidando um processo histórico de diálogo, que busca, permanentemente, apoiar os indígenas em seus anseios e necessidades, com base nos dispositivos legais em vigor, e reforçar a Estratégia da Presença nas regiões da Amazônia, por meio da multiplicação proporcionada pelas comunidades indígenas.

Assim, resta claro que o Exército Brasileiro ontem, hoje e de forma prospectiva sempre buscou a interação e cooperação dos povos indígenas de forma harmoniosa com as finalidades convergentes e vínculos de respeito, amizade, estreito relacionamento e cooperação mútua.



Cel R1 **HIRAM** REIS E SILVA  
Assistente Técnico da União



## ANEXOS

- Anexo 1 – Jornal do Comércio de 7 de janeiro de 1984;
- Anexo 2- Artigo “Mineração e usinas hidrelétricas em territórios de povos indígenas e de outras populações tradicionais na região Amazônica: a necessidade de novas críticas epistêmicas” – Stephen Baines;
- Anexo 3 – Artigo “O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial” – Stephen Baines;
- Anexo 4 – Jornal do Comércio, de 15 de fevereiro de 1973;
- Anexo 5 – Regulamento de uniforme do pessoal do Exército de 1951;
- Anexo 6 - Regulamento de uniformes do Exército de 1970;
- Anexo 7 – Livro “Waimiri Atroari a história que ainda não foi contada” de José Porfírio F. de Carvalho;
- Anexo 8 – Ofício Nr 30 – 144/CFAOC-MB, de 18 de dezembro de 2020, da Marinha do Brasil;
- Anexo 9 – Ordem de Serviço Nr 10-63/2018, de 27 de agosto de 2018, da Marinha do Brasil;
- Anexo 10 – Ofício Nr 01.2-230/Com9ºDN-MB, de 20 de setembro de 2022;
- Anexo 11 – Carta de agradecimento da Comunidade Waimiri Atroari, de 17 de dezembro de 2020;
- Anexo 12- DIEx Nr 34-SDQ/IDQBRN – CIRCULAR, de 10 de março de 2023;
- Anexo 13 – Ofício Nr 3/AJUR, de 10 de março de 2023, da Aeronáutica;
- Anexo 14 – Inquirições realizadas pelo assistente técnico;
- Anexo 15 – Jornais de 1968 a 2019;
- Anexo 16 a 21 – Fotos dos militares e indígenas;
- Anexo 22- Ofício no 2/AJUR/361, de 10 de março de 2023;
- Anexo 23- Ofício no 2/AJUR, de 3 março de 2023;
- Anexo 24 – Imagens de bomba napalm;
- Anexo 25 – Imagens de herbicida tordon;
- Anexo 26- Imagens de aeronaves com cores verde ou camuflada;
- Anexo 27 – Imagens de aeronaves de busca e salvamento; e
- Anexo 28 – Imagens de aeronaves de inspeção em voo.

